



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO

-----Aos trinta dias do mês de setembro de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a primeira reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----**2. Acordo de Transferência para o Município de Sesimbra de Competências de Gestão do Imóvel Integrado no Domínio Privado do Estado Português, com a denominação comum "Casa do Infantado".;** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Pedro Miguel Pinto Mendes e Ida Maria Matos Sabugueiro de Carvalho. -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS –Mónica Cristina Sousa Oliveira Valadas; Pedro Miguel dos Santos Mesquita; Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão Mata, Andredina Gomes Cardoso, Paulo do Carmo de Sá Caetano e António Fernando Amiano Marques-----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto Oliveira Macedo. -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora Anjos Cruz, e o substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, João André Faria Ribeiro.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores Nelson Simplício Pólvora, Alfredo Miguel Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira. -----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes, o Senhor Presidente da Câmara, os vereadores (as), membros da Mesa e restantes Deputados, bem como o publico presente, que hoje era uma presença forte, bem como aqueles que seguiam a sessão online, através do Canal do YouTube. Cumprimentou também os técnicos, quer aqueles que colaboravam no som, na imagem, na transmissão e gravação da sessão, bem como as técnicas do Serviço de Apoio à AM.-----

-----Justificou em seguida a ausência da Segunda-Secretária da Mesa da AM, Sónia Narciso Faria Lopes, que se fazia substituir pela Deputada Ida Maria Matos Sabugueiro de Carvalho. Do Grupo Municipal do PS, justificou a ausência da Deputada Luisa Cagica Carvalho, que se fazia substituir pelo Deputado António Amiano Marques, bem como o Deputado Sérgio Faias que se fazia substituir pela Deputada Mónica Valadas. -----

-----Justificou também a ausência da Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Gomes, que se fazia substituir pelo vogal da Junta de Freguesia, João André Ribeiro.-----

-----Justificou ainda a ausência do Vereador José Polido, que por motivos pessoais havia informado que não conseguiria estar presente, bem como a Vice-Presidente Felicia Costa e a Vereadora Argentina Marques, que por motivo de saúde também não estariam presentes, endereçando em nome de todos as rápidas melhoras a ambas. -----

-----Informou em seguida o publico presente, caso houvesse a intenção de intervir durante o Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos (PIAC), que seria necessário o preenchimento do respetivo impresso, para que a Mesa tomasse nota dessa intenção.-----

-----Informou também que entrariam no Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), onde seria debatido um conjunto de documentos, e caso se atingisse o fim do período regimental para essa análise, a prática vinha sendo suspender esse período para dar lugar ao PIAC, para que os cidadãos não fossem forçados a esperar para intervir, sendo que após a conclusão do PIAC, seria retomado o PAOD, convidando naturalmente os munícipes a permanecer para que pudessem assistir aos trabalhos.-----

-----Disse em seguida que no período em que não tinha havido reuniões da AM, durante parte do mês de julho e no mês de agosto, tinha sido um período de grande intensidade em termos de representações da parte da AM nas iniciativas da CMS, das juntas de freguesia e também do movimento associativo. Todas as iniciativas eram importantes, mas destacava a Cerimónia de Bodas de Diamante do Grupo Desportivo de Sesimbra, pelo facto de que a Assembleia Municipal havia recebido uma distinção sob a

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

forma de agradecimento pelo reconhecimento do trabalho e do papel daquele mesmo clube no desenvolvimento e na promoção do desporto. -----

-----Sendo um reconhecimento que atravessava vários mandatos, vários eleitos e, por conseguinte, vários presidentes, tinha aproveitado o facto e a felicidade de terem estado presentes também 2 ex. presidentes da AM na plateia do evento, nomeadamente, o Engenheiro Carlos Lopes e a Dr.ª Odete Graça, para fazer questão de que estes o acompanhassem na hora de receber esta distinção. O facto de esta distinção reconhecer todo o trajeto e todo o trabalho da AM, e a honra de estarem na plateia 2 ex. presidentes da AM, justificava perfeitamente que ambos fossem receber esse agradecimento. Para o próprio, tinha sido, do ponto de vista pessoal e também institucional, bastante importante, gratificante e um momento de grande simbolismo.-----

-----Perguntou em seguida se algum dos deputados tinha alguma informação para partilhar neste período.-----

-----Não havendo a intenção de ninguém de intervir, o Presidente disse que havia a proposta da Comissão de Líderes de dividir esta sessão em duas reuniões, e que a próxima se iria realizar no dia 13 de outubro, às 21h00, no Auditório Conde Ferreira, sendo que na reunião de hoje haveria PAOD, PIAC e seria deliberado o seguinte ponto do POD: Acordo de Transferência para o Município de Sesimbra de Competências de Gestão do Imóvel Integrado no Domínio Privado do Estado Português, com a denominação comum "Casa do Infantado". Na segunda reunião haveria o PIAC e o POD com a seguinte ordem de trabalhos: Apreciação da Atividade Municipal. -----

-----De seguida, colocado à votação, a AM Deliberou, por unanimidade, dividir a sessão em 2 reuniões sendo que a segunda reunião se realizará no dia 13 de outubro (quinta-feira), pelas 21h00 no Auditório Conde de Ferreira, bem como alterar a ordem dos pontos e organização, ficando do seguinte modo: -----

-----**Reunião de 30/09/2022:** -----

-----Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD);-----

-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos; -----

-----Período da Ordem do Dia com o seguinte ponto: -----

-----1. Acordo de Transferência para o Município de Sesimbra de Competências de Gestão do Imóvel Integrado no Domínio Privado do Estado Português, com a denominação comum "Casa do Infantado".

-----**Reunião de 13/10/2022:** -----

-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos; -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Período da Ordem do Dia com o seguinte ponto (continuação): -----

-----2. Apreciação da Atividade Municipal. -----

-----Logo após o Presidente informou que a ata de 08 de janeiro de 2021 do mandato de 2017/2021, aprovada em minuta no final da respetiva reunião, mereceu a apreciação e concordância dos Líderes dos Grupos Municipais do anterior mandato, sendo considerada aprovada. -----

-----Colocou à votação a **ata da primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro realizada no dia 25 de fevereiro de 2022, que foi aprovada por unanimidade e a ata da segunda reunião da sessão ordinária de fevereiro de 2022 realizada no dia 4 de março de 2022, que foi aprovada por unanimidade.**

-----De seguida, deu início ao PAOD informando que o Regimento da AMS estabelecia, no âmbito da ordem de apresentação dos documentos, em primeiro lugar os votos de pesar, de seguida as saudações, depois as moções e por fim as recomendações, e dentro de cada classe de documentos, eram apresentados em seguimento da ordem de entrada no Serviço de Apoio à Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, cedeu a palavra ao GM do PSD, **Deputado Carlos Oliveira**, que começou por cumprimentar todos os presentes e os munícipes que acompanhavam a sessão a partir de casa, e de seguida, fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento de Mikhail Gorbatchov e da Rainha Isabel II**, que se passa a transcrever: -----

-----*“Em apenas um mês vimos partir duas personalidades que marcaram de forma decisiva o final do séc. XX e o início do séc. XXI.* -----

-----*O primeiro, Mikhail Gorbatchov, falecido a 30 de Agosto. Um homem, que sendo o líder da União Soviética entendeu que nem o regime que liderava, nem o controlo direto que a URSS exercia sobre povos que a integravam, nem a supremacia que era exercida sobre os países integrantes do Pacto de Varsóvia, a qual compreendia uma tutela política que os obrigava a manter regimes políticos, de ideologia, estrutura e práticas idênticas às que eram praticadas na mesma URSS, tinham qualquer futuro, e que o modelo seguido nestas sociedades estava há muito falido.* -----

-----*Mikhail Gorbatchov, visionário, terá sentido que os regimes da cortina de ferro e o próprio modelo Soviético só podiam ser mantidos através da imposição de uma repressão muito mais feroz que aquela que havia sido praticada até então.* -----

-----*Ainda lhe estariam na memória a invasão da Polónia e a primavera de Praga, mas essa não era a sua opção.* -----

-----*Em 1986 assume a Perestroika e a Glasnost como os grandes pilares da sua orientação política que o levaram a iniciar um caminho de diálogo e a procurar e conseguir entendimentos com os Estados*

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Unidos e a Europa, iniciando-se então uma corrida ao desarmamento. -----

-----O grande objetivo de Mikhail Gorbatchov, era reduzir drasticamente o investimento no armamento transferindo as disponibilidades para a economia e para os cidadãos procurando assim inverter o rumo da economia Russa. -----

-----Mesmo com a incompreensão dos milhares de apparatchik que se alimentavam e alimentavam as estruturas de poder ditatorial em toda a Europa de leste, mas intuindo que estavam a ser iniciados novos capítulos na história da Europa, através do aparecimento de movimentos políticos com um apoio incondicional dos povos, nomeadamente o aparecimento ainda em 17 de Setembro de 1980 do sindicato Solidariedade na Polónia, Mikhail Gorbatchov inicia a construção de um novo mapa geopolítico baseado na liberdade e no respeito da livre escolha dos países a seguirem o seu rumo. -----

-----Esta orientação precipita a queda dos ditadores Erich Honecker a 18 de outubro de 1989 na Alemanha, a queda do Muro de Berlim em 1989, o fim da ditadura de Nicolae Ceauşescu em 25 de Dezembro de 1989 na Roménia e que acabaria por pôr fim a outras ditaduras como a da Hungria, Checoslováquia também em 1989, da Bulgária em 1990. -----

-----Mikhail Gorbatchov foi com esta sua intervenção um dos principais obreiros do alargamento da União Europeia ao libertar os países da cortina de ferro do jugo soviético. -----

-----Mas a Europa, construída pedra sobre pedra, por grandes estadistas que têm conseguido ultrapassar as dificuldades que derivam das diferenças reais entre os povos que a integram, está a ser ameaçada, não pelas suas divergências internas, mas pelo regresso de projetos imperialistas que ameaçam a paz mundial e subsistência do planeta. -----

-----É por isso que é importante prestar tributo e homenagem a construtores como Mikhail Gorbatchov, o homem que através do diálogo e da convivência pacífica, soube fazer a Rússia grande e respeitada, um povo entre povos.-----

-----A segunda grande personalidade a quem pretendemos render a nossa homenagem é à Rainha Isabel II de Inglaterra, que durante 70 anos assumiu a responsabilidade de ser a chede de Estado de um dos países que constituem uma referência do mundo ocidental, quer pelo seu passado histórico, quer pelo seu presente. -----

-----Isabel II na sua condição de monarca cujos poderes políticos ativos e visíveis eram residuais, comparativamente a um presidente de república, que iam pouco mais além que a aposição de assinatura em documentos que não redigia, e à realização de intervenções públicas que não eram de sua autoria, apesar de alguns acontecimentos que envolveram membros da família real, conseguiu reforçar o prestígio

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

da instituição a que presidiu. -----

-----A Rainha Isabel II foi durante a sua vida e até ao último momento das exéquias fúnebres, um fator de coesão e de estabilidade mesmo nos tempos mais conturbados do seu reinado. -----

-----Testemunho disso foi a presença de centenas de milhares de pessoas, de todas as condições, raças e credos, que nas ruas do Reino Unido prestaram homenagem à sua Rainha, para além das manifestações e cerimónias realizadas nos países pertencentes à Commonwealth. -----

-----Independentemente de se ser partidário ou não da monarquia, o que devemos salientar é que Isabel II, cumprindo o juramento que prestou ao povo britânico aos 26 anos, dedicou toda a sua vida de monarca à causa pública e à defesa das instituições e dos interesses dos povos que representava. Um exemplo para todos aqueles que assumem a responsabilidade da gestão da coisa pública independentemente do nível e âmbito da sua atuação. -----

-----A Rainha partiu porque a vida é efémera por muito que dure, mas ficou para a história o seu exemplo! -----

-----Isabel II de Inglaterra merece por isso o nosso respeito e a nossa homenagem traduzida neste voto de pesar pela sua partida.” -----

----- Interveio o **Presidente da AMS** que disse que independentemente de qualquer ideologia ou inclinação político-partidária, deixava a sua opinião muito singela de que o documento ganharia mais peso e até mais valor, tendo em causa o valor da pessoa humana, e porque também nunca tinha sido esta a prática, se fosse feita a apresentação de um voto de pesar por cada pessoa. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que tinham pensado em apresentar 2 votos de pesar. A intenção não tinha sido “um voto de pesar por cada pessoa”, mas sim apresentar um voto de pesar por terem falecido 2 pessoas que durante um período importante da história recente da Europa, não só da Europa, mas do mundo, tinham tido, cada um à sua maneira, uma intervenção, e era isso que queriam realçar. Eram pessoas, e aquilo que pretendiam era realçar o comportamento destas, assim como poderia ser uma pessoa de outro sítio qualquer, e não fulanizar a questão do voto pesar, mas demonstrar a pena e a tristeza de ver partir pessoas que tinham sido úteis para a Europa e o mundo. ----

----- Queriam salientar o facto de serem 2 pessoas, que podiam ser outras, mas tinham perdido duas pessoas importantes para aquilo que tinham feito e o seu exemplo. -----

-----O **Presidente da AM** disse que a sua sugestão era também nesse sentido, apenas com a interpretação pessoal de que teria um peso maior se fosse individual, mas com certeza que o proponente teria a última palavra.-----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Cedeu em seguida a palavra ao **Deputado Rui Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia à sessão a partir de casa, e disse que a primeira intervenção da CDU se prendia exatamente com aquilo que o Senhor Presidente havia solicitado à bancada do PSD, que pelos vistos não tinha sido aceite pelo proponente, nomeadamente a separação dos votos de pesar, porque eram de facto 2 figuras distintas. Eram 2 figuras importantes da história mundial, não havia dúvida nenhuma, mas 2 figuras distintas. -----

----- Neste sentido, perguntou como é que poderiam votar se tivessem sentidos de votos diferentes em relação a uma figura ou em relação a outra, sendo que isso poderia acontecer porque era a primeira vez que faziam um voto pesar a 2 figuras. Acrescentou que imaginava o que seria aparecer, um dia destes, um voto de pesar a uma figura destacada de esquerda e a uma figura destacada de direita no mesmo voto de pesar. Como é que poderiam votar, se fosse, por exemplo, um voto pesar ao Álvaro Pinhal junto com o voto de pesar ao Salazar. Como é que poderiam votar uma coisa dessas, já não referindo a importância que o senhor Deputado Carlos Oliveira tantas vezes dizia ter estes votos de pesar para o Município de Sesimbra, que era nula, mas se o PSD não queria mudar os documentos, a Bancada da CDU votaria em consciência e apresentaria declarações de voto. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse compreender que a fulanização das coisas era mais simples, o difícil era encontrar em 2 personalidades tão diferentes e conseguir extrapolar aquilo que tinha sido a importância destas pessoas e o que estas tinham feito, que no fundo não tinha sido muito diferente um do outro, nomeadamente, manter a paz da Europa desde a Segunda Guerra Mundial até agora, no caso da Rainha Isabel II. Mas aquilo que estavam a trazer era um voto de pesar por, essencialmente, uma perda de valores, e era isso que queriam aqui acentuar. Se fossem separar o voto de pesar, fulanizavam e não realçavam aquilo que era importante, que era os valores, e, portanto, continuava a dizer que era com essa intenção que apresentavam este voto de pesar. Assim, não gostariam de separar isto e transformar numa outra coisa completamente diferente. -----

-----Quanto à questão levantada pelo Deputado Rui Rodrigues relativamente a não ter uma importância para Sesimbra, disse que Sesimbra estava na Europa, que por sua vez estava no Mundo. Não eram nenhuns extraterrestres e, portanto, sofriam as consequências do mal e beneficiavam daquilo que era bom, e tinha importância, e se não conseguiam ver, também era uma questão de vistas curtas, mas era um problema que não podiam ultrapassar. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado João Castanho** que, após cumprimentar todos os presentes e a quem assistia à sessão em casa, disse que estavam na Assembleia Municipal de Sesimbra

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para debate de assuntos e temas do Concelho, e este voto de pesar com 2 figuras mundiais em conjunto de quadrantes totalmente distintos iria alimentar nestas bancadas várias opiniões distintas, em nada contribuindo para aquilo que deviam estar aqui a fazer, que era o Concelho, sendo essa a missão. -----

----- Neste ponto, a única coisa que o MSU podia dizer era que se absteria de qualquer decisão neste campo, porque achavam que não fazia sentido este tipo de tema. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia à sessão a partir de casa, e disse que tinha uma interpretação particular no que tinha a ver com os votos de pesar. Como Senhor Presidente referira, aqui em causa estava a condição humana, e votar contra um voto de pesar era quase vangloriar pela morte, e isso era uma coisa que achava não fazer muito sentido. -----

----- Percebia aquilo que era proposto de separar 2 figuras que eram completamente distintas, e o próprio documento também inferia de incorreções, pelo menos à luz daquilo que era a sua interpretação sobre aquilo que era dito sobre ambas as figuras, quer Gorbachov quer a Rainha Isabel II. Depois, em si, também enfermava de alguma contradição, nomeadamente, quando sobre Gorbachov se dizia que tinha tentado romper com os regimes que existiam e com as ideologias, acreditava que, neste caso particular, e era a sua interpretação da história, Gorbachov tinha uma interpretação de que queria fazer mudanças no regime existente, mas a sua ideologia era coincidente com aquela que se mantinha, pelo menos em termos da filosofia política, o socialismo, e as medidas que este tinha tomado haviam-no ultrapassado. Por outro lado, era também referido que fazia mais sentido fazer este voto de pesar e relevar esta figura quando outras ameaças imperialistas se afirmavam no panorama europeu, quando em certa medida, também Isabel II havia contribuído para uma certa posição imperial do Reino Unido noutros continentes, e era aí que se encontrava essa contradição. -----

----- Ambas as figuras obviamente que eram marcantes na história recente do mundo, e nesse sentido, a sua interpretação do voto pesar era um voto quanto ao desaparecimento de 2 pessoas que efetivamente haviam marcado a história e tinham uma dimensão maior do que a própria pessoa em si. Nesse sentido, reconhecia a importância e não tinha problemas em votar favoravelmente, apesar de achar que o documento era contraditório e, nalguns casos também não muito preciso ou com uma interpretação de quem o havia redigido, mas quem redigia apresentava aquela que era a sua visão. -----

----- Interveio o **Deputado Rui Rodrigues** que, a título informativo, disse que estes 2 documentos *ipsis verbis* tinham sido apresentados em separado pelo PSD na Assembleia Municipal de Loures e que o Deputado Carlos Oliveira tinha juntado os 2 documentos que estavam separados e feito um. Portanto,

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

não percebia porque é que não os queria separar, porque eles, de facto, já tinham sido apresentados noutras assembleias municipais em separado. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que queria apresentar um protesto, porque aquilo que o senhor Deputado Rui Rodrigues acabava de dizer aqui era uma falsidade total. Este documento tinha sido redigido integralmente pelo próprio sem cópia de nenhum documento, e não tinha visto nenhum documento da Câmara de Loures porque nem tinha tempo, tinha de trabalhar, para andar a ver o que é que se fazia na Câmara de Loures, na Câmara “daqui” ou na Câmara “dali”. Aliás, não era esse o seu timbre. Sabia que existia um documento do PSD, mas nem sequer o tinha visto, e, portanto, queria protestar por ser falso e mentiroso aquilo que o senhor Deputado Rui acabava de dizer. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que ficava registado o protesto, mas ficava registado também alguns termos que havia utilizado, e tinha aqui uma nota precisamente para referir que estavam a discutir abertamente um tema que era sensível e estavam a fazê-lo com elevação, até porque estavam a falar de pessoas que já não estavam presentes. Estavam aqui com elevação e com ponderação, e pedia que até ao final da sessão, desta e tantas outras, essa elevação e essa ponderação fosse sempre uma constante entre todos.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que não iria fazer uma intervenção em especial, mas tinha sido um pouco motivado por algumas intervenções anteriores, nomeadamente do colega Deputado Carlos Macedo. Também partilhava da opinião de que havia aqui algumas imprecisões, mas concordava inteiramente com a última afirmação de que realmente estavam a falar de 2 pessoas, gostasse-se ou não. O próprio, em relação a essas 2 pessoas, por uma tinha grande simpatia pessoal, por outra, tinha relativa indiferença. -----

-----Tinha grande simpatia pessoal pelo Mikhail Gorbatchov, porque quando era jovem, nos anos 80, suspirou de alívio quando toda a Perestroika e a Glasnost apareceram e o desanuviamento Nuclear foi, de facto, uma realidade, coisa que, se calhar neste momento, não estavam completamente à vontade para voltar a afirmar. -----

-----Em relação à monarquia inglesa, tinha pessoalmente relativa indiferença, mas tinha presente que a Rainha de Isabel II tinha sido de facto marcante para aquele país, mas estava a ver algumas imagens e a falar com pessoas naturais daquele país também, para reconhecer que ela de fato tinha sido marcante, mas essencialmente ambas as personalidades tinham sido marcantes para a história recente mundial, quer se gostasse ou não, e, na verdade, entendia pessoalmente este voto de pesar exatamente nesse sentido, ou seja, um voto de pesar pelo desaparecimento de 2 pessoas que realmente tinham marcado as

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

últimas décadas do século XX até estas primeiras do Século XXI, como consequência de muitas ações tomadas por ambos, e, portanto, nesse sentido, entendia até o voto de pesar conjunto, porque na verdade estavam a falar muito desse aspeto do peso histórico que estas 2 pessoas tinham tido. -----

-----Também achava discutível achar que isto não tinha nada a ver com Sesimbra. Muito lateralmente, se quisessem, acabava por ter também, porque se ao longo destes últimos 30 anos, por exemplo, tinham tido este ambiente de desanuviamento nuclear devia-se, em grande parte, àquilo que tinha acontecido no final dos anos 80, por principal iniciativa de Mikhail Gorbatchov. -----

-----Por fim, disse que não deixava de comentar que achava que havia algumas imprecisões no documento e não estaria de acordo com tudo o que estava escrito, mas no essencial era esse o entendimento que tinha deste voto de pesar.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que a vontade do proponente era clara, e vinha sendo prática, porque estavam a falar de votos de pesar e não eram documentos que se faziam de ânimo leve, não os colocar à votação porque percebiam que a vontade expressa era unânime, contudo já tinham percebido que havia aqui alguma algumas diferenças, portanto, teriam naturalmente de colocar este voto de pesar, documento único, a A Mikhail Gorbatchov e a Rainha Isabel II, a votação. -----

-----De seguida, colocado à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento de Mikhail Gorbatchov e da Rainha Isabel II**, foi **aprovado, por maioria, com 13 votos a favor (8 PS, 2 CHEGA, 2 PSD e 1 BE), 10 votos contra da CDU e 1 abstenção do MSU, e foi ainda guardado um minuto de silêncio em suas memórias.**----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----A **Deputada Sandra Carvalho** disse que fariam chegar a Declaração de voto oportunamente, mas que esta tinha a ver com a falta de atenção e a intransigência por parte do PSD, relativamente a um pedido que normalmente era pacífico nesta casa, mas que registavam. Não concordavam com o procedimento, consideravam situações diferentes e pessoas que tinham tido papéis diferentes independentemente de ser lamentável a morte de duas pessoas que tinham um papel relevante na história, mas este não era o procedimento que consideravam correto e não se fazia justiça inclusivamente às próprias pessoas, daí esta votação. -----

-----De seguida, foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mendes**, para apresentação da **Saudação com o título “Movimento Associativo e Funcionários das Autarquias Locais”**, do GM da CDU, cujo teor é o seguinte: -----

-----*“É neste verão de 2022, que após dois atribulados anos de restrições e confinamento, que finalmente as atividades festivas, desportivas ou socioculturais retomam o seu normal curso. O comum*

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

gosto popular por este tipo de atividades, traduziu-se neste período pela elevada participação das populações nas muito diversas propostas e iniciativas desenvolvidas pelo Movimento Associativo de todo o Concelho, sempre com o imprescindível apoio do Executivo da Camara Municipal de Sesimbra. Destaque também para as grelhas de eventos e programação desenvolvidos e apresentados quer pelo Movimento Associativo, quer pelas Autarquias. Não cabe aqui enumerar ou destacar qualquer iniciativa, dado o seu elevado número, o vasto leque de promotores envolvidos e a sua distribuição temporal. -----

-----Aqui saudamos os trabalhadores da Camara Municipal de Sesimbra e Juntas de Freguesia, indispensáveis em todo este processo que vai do apoio ao cumprimento de exigências burocráticas, montagem de palcos e outro equipamento necessário, ao acompanhamento dos eventos. Sempre disponíveis, participam ativamente, conscientes do seu importante papel, a eles se devendo muito do êxito das atividades desenvolvidas.-----

-----Vem pois, a Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2022, saudar o Movimento Associativo Sesimbrense, bem como os trabalhadores da Camara Municipal de Sesimbra e Juntas de Freguesia do Concelho, pela sua empenhada participação no elevado numero de eventos decorrentes no ano de 2022, essenciais para a promoção, dinamização e emancipação do nosso território, contribuindo ativamente para a recuperação e reforço da economia local.-----

-----Dar conhecimento a:-----
-----Camara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia, Movimento Associativo, Órgãos representativos dos trabalhadores e Comunicação social local.” -----

----- O Deputado Pedro Mendes começou por cumprimentar todos os presentes e o publico que assistiam à sessão a partir de casa, e dizer que dispensava a leitura do documento, passando a fazer um breve resumo sobre este.-----

-----Referiu que o documento se prendia basicamente com as atividades que haviam decorrido no período de verão, a época mais alta na Vila de Sesimbra, e enaltecer não só os funcionários da autarquia e o apoio que tinha existido por parte da Autarquia e do seu Executivo, bem como o movimento associativo. -----

-----Disse que demoraria muito tempo a enumerar todas as atividades que tinham sido realizadas no Concelho, e ainda bem, porque o Concelho precisava de atividades e de vida, e isso tinha sido visualizado durante este período. Portanto, basicamente, aquilo que GM da CDU vinha aqui apresentar era uma saudação, quer ao movimento associativo Sesimbrense, quer aos trabalhadores da CM e às juntas de freguesia que tinham tido uma participação empenhada e excelente durante os eventos que tinham

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

decorrido não só na época alta, mas também durante o ano de 2022, que era importante para a recuperação e para o reforço da economia local.-----

-----De seguida, não havendo intenções de intervenção, o Presidente colocou à **votação a Saudação com o título “Movimento Associativo e Funcionários das Autarquias Locais”, que foi aprovada por unanimidade.**-----

-----De seguida, cedeu a palavra ao Deputado Paulo Caetano, para apresentação **da Saudação subordinada ao tema “Encontro Internacional de Paleontologia de Sesimbra e comemorações do 25º Aniversário da classificação dos três monumentos naturais do Concelho de Sesimbra”,** do GM do PS, que se passa a transcrever:-----

-----*“Inserido nas Jornadas Europeias do Património e nas comemorações do 25º Aniversário da classificação dos três monumentos naturais do Concelho de Sesimbra, o Museu Municipal de Sesimbra organizou, nos passados dias 23 e 24 de setembro, no âmbito dos “Encontros de Sesimbra: património, cultura e ciência”, um Encontro Internacional de Paleontologia.*-----

-----*Neste evento estiveram presentes alguns dos maiores especialistas europeus nesta temática, cientistas e investigadores, nacionais e estrangeiros, provenientes de diversas universidades e centros de investigação científica, dos quais se destaca o Professor Miguel Telles Antunes, recentemente agraciado com o Medalhão da Vila de Sesimbra, precisamente pelo seu papel relevante na investigação científica realizada nas três jazidas de pegadas de dinossáurio classificadas como Monumento Natural em 1997.*-----

-----*Refira-se que este encontro, para além de um momento único para a partilha de informação e experiências, foi também um momento para a divulgação de importante património do concelho, que interessa conhecer com maior profundidade, contribuindo assim para a sua preservação e valorização.*-----

-----*Salienta-se ainda o forte envolvimento do Executivo Municipal no evento, com a participação dos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal na moderação de painéis, assim como a participação de vários funcionários municipais, que se destacaram pela excelência do trabalho realizado e que merecem aqui referência: da Divisão de Cultura - Luísa Fachada, Ana Pólvora e Cristina Conceição; do Museu Municipal de Sesimbra - Laura Moura; do Arquivo Municipal - João Ventura; da Divisão de Informação e Relações-Públicas - Raquel Santana.*-----

-----*Face ao exposto, a Assembleia municipal de Sesimbra vem por este meio saudar a realização do Encontro Internacional de Paleontologia de Sesimbra e, através do Museu Municipal e de todos os técnicos municipais acima referidos, pela forma exemplar como toda esta iniciativa decorreu e pela inequívoca demonstração da importância conferida aos valores do património natural geológico de que o*

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Concelho de Sesimbra é possuidor e de todo o potencial que representam para um desenvolvimento sustentável do nosso território.-----

Dar conhecimento à Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do Concelho e órgãos de comunicação social local e regional.”-----

-----O **Deputado Paulo Caetano** começou por dizer que esta era uma saudação a um evento que havia decorrido na semana passada incluído noutras iniciativas que se haviam realizado durante um ano, inclusive uma sessão no dia 7 de maio que assinalara com precisão a data em que estes 3 monumentos tinham sido classificados como monumento natural. De seguida, fez a leitura do documento.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e ao público que assistia em casa e disse que tinha havido um encontro importante de partilha também para destacar o 25º aniversário da classificação destes 3 monumentos no sentido de valorizar o património, que era muito importante também para a sua divulgação. -----

-----Disse que quando se nomeavam pessoas, corriam sempre o risco de esquecer alguém, e percebia até a intenção de dar aqui um destaque à Câmara Municipal de Sesimbra e a quem tinha participado, nomeadamente os funcionários municipais que tinham feito este excelente trabalho, como era destacado no documento, no entanto também tinham participado outras individualidades que não estavam aqui referidas. Mas aquilo que a própria se questionava era o porquê de também não estar aqui referido o Professor António Galopim de Carvalho, que também tinha sido uma das pessoas que se havia destacado nesta área e que também tinha recebido o medalhão da Vila de Sesimbra, precisamente no mesmo dia, 7/05/2022. -----

-----Acrescentou que o Professor António Joaquim Carvalho tinha tido uma colaboração com a Câmara Municipal de Sesimbra muito importante na área do reconhecimento pela classificação destes monumentos geológicos das jazidas, da Pedreira da Mua, de Lagosteiros, do Cabo de Espichel e da Pedreira do Avelino, e, portanto, a questão era só mesmo o porquê de também não estar aqui referida esta individualidade. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse compreender perfeitamente e não havia de maneira nenhuma qualquer intenção de menorizar a importância do Professor António Joaquim de Carvalho na classificação destas jazidas. Explicou que o critério que tinha prevalecido para referir aqui explicitamente o Professor Teles Antunes, era porque este tinha sido um dos 3 moderadores de painéis juntamente com o Senhor Presidente e com a Senhora Vice-Presidente, e só tinha havido 3 painéis moderados por estas 3 pessoas. Para além disso, o Professor Teles Antunes era munícipe neste

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

momento, residente no Concelho de Sesimbra, para além da sua atividade científica junto do estudo destas jazidas, e, portanto, tinha uma ligação até afetiva a esta região que era inquestionável. Não havia aqui nenhuma intenção de menorizar qualquer outra participação. -----

-----Sobre o risco de esquecer de alguém em relação aos nomes que tinham sido aqui referidos, disse que tinha havido muito cuidado na nomeação destas pessoas que tinham estado diretamente ligadas ou à organização e, portanto, tinham tido essa responsabilidade, ou haviam assinado ou coassinado apresentações que tinham sido feitas, sendo que tinha havido todo um rigor nessa identificação das pessoas e, portanto, na verdade, se tinha havido alguém esquecido, era surpreendente, mas julgavam que não havia. Podiam referir todos os outros participantes desse encontro, mas na verdade, julgava que não se justificava. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Pedro Mendes** que começou por dizer que desconhecia que o Professor Miguel Antunes era residente do Concelho e deixava já aqui “no ar” um possível candidato ao prémio Especial para a próxima edição.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que, também aproveitando a presença de Público para passar esta mensagem, disse que o Prémio Espichel era um prémio que a Assembleia Municipal atribuía, numa distinção bianual, mas que tinha um regulamento muito específico e que era tratado com todo o cuidado, porque estavam a falar de pessoas, todas elas com grande mérito em várias áreas, portanto, era sempre tratado com muito cuidado e quando chegava ao dia da atribuição, apenas era conhecido o nome do vencedor do prémio, naturalmente, mas ficava registado, como era óbvio. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia à sessão a partir de casa, e reiterou as justificações das presenças da Vice-Presidente e da Senhora Vereadora, por questões de saúde, e do vereador José Polido que estava em sua representação numa iniciativa. -----

-----Solicitou permissão para a intervenção porque já tinha percebido que às vezes era difícil poder intervir, apesar de ter muita vontade, mas não tinha esse esse direito, a não ser que houvesse uma interpelação por parte dos deputados, mas, e sem prejuízo daquilo que tinha sido dito relativamente às personalidades que tinham estado presentes, atrevia-se, e pedindo desculpa pelo atrevimento, a dizer que faltavam aqui duas entidades. -----

-----Percebia que o Deputado Paulo Caetano não quisesse fazer juízo em causa própria, mas faltava na organização e na saudação a este encontro, 2 entidades, nomeadamente, a Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Ciências e a Universidade Nova, através da Faculdade de Ciência e Tecnologia,

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinham sido coorganizadoras deste encontro. Portanto, era da mais inteira justiça, salvo melhor opinião, e fazia este apelo ao Deputado Paulo Caetano, que o considerasse, já para não dizer que o que deveria considerar, e tinham de ser realistas, que tinha dito no próprio encontro e não ficaria bem consigo mesmo se não dissesse agora também, uma vez que estavam a falar em nomeações pessoais, pedir ao Deputado Paulo Caetano que pudesse considerar, através destas 2 entidades, e obviamente com a sua indicação, a Professora Vanda Santos da Universidade de Lisboa, porque tinha sido quem, de certa forma, tinha estado em representação e vinha estando ao longo dos anos com a Câmara Municipal e com a Autarquia também em todo este processo, e também o Professor Paulo Sá Caetano, da Universidade Nova de Lisboa, nesta saudação que tinha aqui obviamente também um conjunto nominal de personalidades.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que, na verdade, a saudação era especificamente dirigida ao Município, à Câmara Municipal, através de um forte envolvimento do executivo e, para além disso, para destacar, como tinha sido aqui dito, como estava expresso no documento, o exemplar envolvimento de um conjunto de funcionários não só na organização, mas até no próprio contributo científico e técnico para a riqueza deste encontro que se havia realizado aqui. -----

-----O facto de pessoas da faculdade de Ciências e da Faculdade de Ciências e tecnologia da Nova se terem envolvido, era um pouco a corresponder àquilo que a própria Câmara Municipal, através do Museu Municipal e deste conjunto de funcionários, havia solicitado em termos de apoio e, portanto, se as respetivas faculdades quisessem elogiar os seus membros que contribuía e colaboravam com a Câmara Municipal de Sesimbra nestes eventos, julgava que as pessoas envolvidas ficariam satisfeitas com isso, mas numa situação destas, considerava que o destaque e que o que tinha sido pretendido de facto com esta saudação, era destacar a importância dada a este património, a celebração que era feita por um marco importante de 25 anos de classificação e o envolvimento não só do município através do executivo, mas também deste conjunto de funcionários muito ativos e que tinha de se valorizar, não só nesta iniciativa, que era o que estava nesta saudação, mas em relação a muitas outras em que também se envolviam. -----

-----Por fim, disse que, não rejeitando e registando com simpatia a intervenção do Senhor Presidente, julgava que fosse desnecessário porque, de facto, o objetivo não era esse.-----

-----De seguida, não havendo mais intervenções sobre este documento, o Presidente colocou à votação a **Saudação subordinada ao tema “Encontro Internacional de Paleontologia de Sesimbra e**



Assembleia Municipal de Sesimbra

comemorações do 25º Aniversário da classificação dos três monumentos naturais do Concelho de Sesimbra”, que foi aprovada por unanimidade. -----

-----**O Presidente da AM** disse em seguida, apenas a título informativo, que a Assembleia Municipal muito se honrava de o encontro ter sido realizado precisamente aqui nas instalações da AM, uma casa que tinha sido construída para a educação e para a cultura, e parecia que continuava a ser usada para a educação, para a cultura e obviamente para a cidadania e práticas democráticas.-----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que disse a que a instalação do Auditório Conde Ferreira tinha umas condições absolutamente sensacionais para um evento deste tipo e isso tinha ficado provado. Acrescentou que era bom que tivesse sido feita a transferência para o Auditório devido a um problema que havia ocorrido na biblioteca e, se calhar, estes tipos de eventos deveriam de ser sempre aqui. -----

-----Logo após, dando continuidade ao PAOD, o Presidente cedeu a palavra ao Deputado **Pedro Mesquita** para a apresentação da **Saudação com o título “Maior Limpeza Subaquática do Mundo”** do GM do PS, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer, antes de mais, que esta era uma saudação que devia de encher de orgulho a todos os que habitavam em Sesimbra e a todos os munícipes, dada a importância que tinha tido este momento para o Concelho e para o Município. De seguida, fez a leitura da Saudação que se passa a transcrever:-----

-----*“No passado dia 24 de setembro foi realizada em Sesimbra uma ação de limpeza subaquática, durante 12 horas, com a participação de 597 mergulhadores certificados, na qual foi conquistado o recorde do Guinness do maior número de mergulhadores presentes numa ação de limpeza subaquática. -----*

-----*Sesimbra foi o local escolhido por ser considerada uma das melhores zonas do país para a prática do mergulho e veio contribuir para a sua afirmação enquanto um dos principais locais para mergulho, num concelho comprometido com a sustentabilidade, assim como projetar positivamente a nossa terra a nível internacional.-----*

-----*A importância da iniciativa, para além da conquista do recorde do Guinness, traduz-se em particular no impacto positivo da mesma na garantia da manutenção de um mar limpo e saudável e na sustentabilidade dos oceanos. -----*

-----*A ação “Em Defesa do Oceanos” foi organizada pela associação Oceanum Liberandum, com o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra, em parceria com o Clube Naval de Sesimbra, Docapesca - Portos e Lotas, S.A., APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Capitania do Porto de Setúbal, Fundação Oceano Azul e o imprescindível apoio de todas as escolas de mergulho a operar em Sesimbra.-----*



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A ação de limpeza subaquática em Sesimbra, contou também com a presença da Secretária de Estado das Pescas, que sublinhou a importância da sustentabilidade dos oceanos e o envolvimento das comunidades piscatórias nas diversas ações de limpeza da zona costeira que têm decorrido em todo o país, e com a presença do Chefe do Gabinete da Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Rita Marques. -----

-----Ainda no âmbito desta iniciativa, foi conquistado um segundo recorde do Guinness, com a maior exposição subaquática do mundo, que reuniu 150 fotografias. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio saudar a realização, em Sesimbra, da maior ação de limpeza subaquática do mundo e da conquista dos dois recordes do Guinness, assim como agradecer e felicitar todos aqueles que, a nível pessoal e institucional, uniram esforços em torno do objetivo comum da sustentabilidade e da projeção positiva do nosso concelho. -----

-----Dar conhecimento a todas entidades envolvidas na organização da ação, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do Concelho e órgãos de comunicação social local e regional.” -----

-----De seguida, solicitou à Mesa que fosse retirado do documento o nome “Rita Marques”. -----

----- Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CM** que, relativamente ao título da saudação, alertou que não era a maior limpeza subaquática do mundo, porque essa não tinha acontecido, mas era sim o maior número de mergulhadores numa ação de limpeza subaquática. Podia incorrer aqui em erro, porque não tinha havido de facto a maior limpeza subaquática, e dava a ideia de que tinha sido o maior número de quilos de lixo. O texto estava bem, era só mudar o título que era o que sobressaía na divulgação. -----

-----De seguida, tendo os proponentes concordado com a alteração, foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade a Saudação com o título “Maior número de mergulhadores numa ação de limpeza subaquática”**, que se passa a transcrever: -----

-----“No passado dia 24 de setembro foi realizada em Sesimbra uma ação de limpeza subaquática, durante 12 horas, com a participação de 597 mergulhadores certificados, na qual foi conquistado o recorde do Guinness do maior número de mergulhadores presentes numa ação de limpeza subaquática. -----

-----Sesimbra foi o local escolhido por ser considerada uma das melhores zonas do país para a prática do mergulho e veio contribuir para a sua afirmação enquanto um dos principais locais para mergulho, num concelho comprometido com a sustentabilidade, assim como projetar positivamente a nossa terra a nível internacional. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

A importância da iniciativa, para além da conquista do recorde do Guinness, traduz-se em particular no impacto positivo da mesma na garantia da manutenção de um mar limpo e saudável e na sustentabilidade dos oceanos. -----

-----A ação “Em Defesa do Oceanos” foi organizada pela associação Oceanum Liberandum, com o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra, em parceria com o Clube Naval de Sesimbra, Docapesca - Portos e Lotas, S.A., APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Capitania do Porto de Setúbal, Fundação Oceano Azul e o imprescindível apoio de todas as escolas de mergulho a operar em Sesimbra.-----

-----A ação de limpeza subaquática em Sesimbra, contou também com a presença da Secretária de Estado das Pescas, que sublinhou a importância da sustentabilidade dos oceanos e o envolvimento das comunidades piscatórias nas diversas ações de limpeza da zona costeira que têm decorrido em todo o país, e com a presença do Chefe do Gabinete da Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços. -----

Ainda no âmbito desta iniciativa, foi conquistado um segundo recorde do Guinness, com a maior exposição subaquática do mundo, que reuniu 150 fotografias.-----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio saudar a realização, em Sesimbra, da maior ação de limpeza subaquática do mundo e da conquista dos dois recordes do Guinness, assim como agradecer e felicitar todos aqueles que, a nível pessoal e institucional, uniram esforços em torno do objetivo comum da sustentabilidade e da projeção positiva do nosso concelho. -----

-----Dar conhecimento a todas entidades envolvidas na organização da ação, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do Concelho e órgãos de comunicação social local e regional.” -----

*-----De seguida, dando seguimento ao PAOD, o **Presidente** informou que o seguinte documento seria a Moção com o título “Pela revisão do mecanismo de apoio aos custos com a gasolina na pequena pesca artesanal e costeira”, que tinha baixado à Comissão de Desenvolvimento Económico por deliberação em plenário na passada sessão de 07 de maio, e que tinham sido realizadas reuniões da comissão, trocas de impressões, sendo que o documento chegava agora para deliberação, vindo desta comissão e já trabalhada por todos os membros da mesma. Na ausência da Sra. Coordenadora da Comissão, Deputada Luisa Carvalho e do Deputado Sérgio Faias, passava a palavra ao Deputado Carlos Macedo, membro da comissão, para apresentação do documento. -----*

*-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que explicou que este documento tinha sido apresentado numa Assembleia anterior e tinha a ver com os mecanismos de apoio que eram diferenciados, dependendo do combustível que era utilizado pelas embarcações de pesca. No gasóleo, acreditava que era do conhecimento geral que existia um gasóleo colorido, chamado gasóleo verde como*

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

existia na agricultura, que pela sua identificação era fácil que o apoio fosse concedido no momento do abastecimento, mas no caso da gasolina não acontecia assim. De há uns anos para cá, tinha sido instituído um tipo de apoio que era feito de forma retroativa, semestralmente. -----

-----Esta recomendação ia no sentido de se encontrar um mecanismo que fosse mais imediato, ainda para mais com o galopante crescimento do preço dos combustíveis e pelo facto de que as embarcações que utilizavam a gasolina na motorização das suas embarcações eram sobretudo as da pequena pesca com motor de fora de borda, para a encontrar mecanismos que fossem mais imediatos no apoio. Aquilo que era proposto, tinha era 2 vertentes, a primeira era que se encontrasse uma forma de identificação dessa gasolina que permitisse um apoio idêntico àquele que era feito no gasóleo colorido, o que lhe parecia mais difícil, e a outra era que neste mecanismo de apoio retroativo fosse encurtado o período de tempo que, em vez de 6 meses fosse um período mais curto para que os pescadores pudessem pedir o reembolso do apoio que passava pela isenção das taxas aduaneiras sobre estes combustíveis.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que alertou que, na parte deliberativa do texto, no ponto 2, o último período estava repetido, nomeadamente onde se lia: *“...considera ser imperiosa a implementação de um mecanismo de apoio alternativo que permita efetuar o desconto no momento imediato do abastecimento ou, na impossibilidade, uma redução no período de reembolso e uma simplificação do processo do pedido de apoio, minimizando a desigualdade de tratamento face às embarcações a gasóleo; considera ser imperiosa a implementação de um mecanismo de apoio alternativo que permita efetuar o desconto no momento imediato do abastecimento ou, na impossibilidade, uma redução no período de reembolso e uma simplificação do processo do pedido de apoio, minimizando a desigualdade de tratamento face às embarcações a gasóleo”*.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que começou por dizer que, inicialmente, quando a CDU havia apresentado esta moção, tinha como intenção a criação de um cartão onde fosse possível, à semelhança do que era feito para o gasóleo para a pequena pesca artesanal, permitir que os pescadores pudessem, logo à partida, ter o benefício de um custo mais baixo dos combustíveis. Sobre essa situação não tinha sido possível chegar a acordo, e, nessa medida, tinham conseguido chegar a este texto para a unanimidade da moção. -----

-----Outra questão que também tinha sido levantada e que era uma preocupação da CDU, também pela revisão deste mecanismo de apoio aos custos da gasolina, era a intenção de fixar esses custos. Tinha chegado a este texto em que consideravam que era fundamental que fosse possível ou permitir o desconto no momento imediato do abastecimento ou, nessa impossibilidade, haver uma redução do

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

período de reembolso e uma simplificação do processo, porque efetivamente existia muita burocracia, e neste momento, face à situação económica que se estava a viver, era importante que os pescadores conseguissem ter, no mais curto espaço de tempo, este benefício. -----

-----Interveio o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que queria realçar que esta moção era apenas uma tomada de posição, porque, na verdade, entre tanto, entre abaixar à Comissão e vir à Assembleia Municipal, tinha saído legislação específica sobre este assunto, que vinha confirmar aquilo que não queriam ou aquilo que aqui pediam que fosse considerado, que seria o encurtar do tempo do reembolso do combustível ou, pelo menos da parte do tempo do reembolso de combustível, que em vez de ser de 6 em 6 meses, pudesse ser mais curto. -----

-----Acontecia era que a legislação tinha vindo mesmo confirmar a questão dos 6 meses e, portanto, ficavam aqui com uma boa intenção, mas que dificilmente passaria disso, a não ser que eventualmente para o ano existisse alguma alteração, e aí sim, deveriam ter a possibilidade, e se calhar serem um bocadinho mais expeditos em tomar uma posição para que essa nova portaria se pudesse vir a consagrar um período mais curto da devolução de parte do custo de combustível. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que, com a intenção de complementar também aquilo que tinha sido dito anteriormente, referiu que esta moção tinha sobretudo a ver com o apoio sobre os benefícios ou a não taxação destes combustíveis, à imagem do que acontecia com o gasóleo colorido. Entretanto tinha sido confirmado este apoio ainda com o reembolso a 6 meses, e a nota que queria deixar era que, entretanto, tinham saído outros apoios relacionados também com os gastos de combustível das embarcações, independentemente de serem a gasóleo ou gasolina, que tinha a ver com o acréscimo de custos em relação a um ano, que tinha sido entendido como ano de referência, que era o ano de 2019, e estava em vigor agora o segundo período de apoio, tendo o apoio começado no momento em que se havia iniciado a guerra, 24 de Fevereiro, da invasão da Ucrânia. -----

-----Referiu que esses apoios não eram dados em função do consumo de combustível de cada embarcação, mas com base nos dados estatísticos e dos inquéritos preenchidos pelas embarcações de pesca ao longo dos últimos anos, sendo que, no caso das embarcações movidas a gasolina, muitas delas, sobretudo de pequenas empresas, não tinham contabilidade organizada e a contabilização desses dados estatísticos era praticamente inexistente, o que acabava por resultar que nestas embarcações da pequena pesca esse mecanismo de apoio fosse pouco mais que nada. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----De seguida, não havendo mais intenções de intervenção, foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade a Moção com o título “Pela revisão do mecanismo de apoio aos custos com a gasolina na pequena pesca artesanal e costeira”** que a baixo se reproduz: -----

-----“A perturbação das cadeias logísticas que resultaram da pandemia e a crescente instabilidade devido ao conflito no leste europeu, levaram a que, no decorrer do último ano, se tenha verificado uma elevada volatilidade nos mercados de energia, com particular impacto no aumento dos preços dos combustíveis líquidos, como a gasolina e o gasóleo. -----

Estes combustíveis são fatores de produção essenciais ao setor primário, com singular relevância na atividade da pesca, os quais não possuem ainda produtos ou tecnologias que os possam substituir, em todo ou em parte, pelo que urge desenvolver e aperfeiçoar mecanismos que permitam compensar esses aumentos de custos, dificilmente acompanhados por aumentos de rendimentos, e que podem pôr em causa a própria sustentabilidade das comunidades piscatórias. -----

De acordo com as Estatísticas da Pesca 2021, publicadas pelo INE, em Portugal, cerca de 84% das licenças de pesca foram emitidas para embarcações com comprimento inferior a 10 metros, realidade da qual a frota Sesimbrense não será exceção, sendo que uma significativa parte da mesma está afeta à pesca costeira e artesanal, que devido à tipologia das embarcações estão equipadas com motores fora de bordo, com combustão a gasolina. -----

Refira-se que existe atualmente um mecanismo de apoio à gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira, o qual acaba de ser confirmado pela publicação da portaria 225/2022, o qual é operacionalizado através de um subsídio de periodicidade semestral, atribuído após o preenchimento de um formulário, submissão de pedido à DGRM e posterior validação. Já no caso do mecanismo de apoio ao gasóleo, o desconto é feito de forma direta, isentando-o de impostos no momento imediato do abastecimento. -----

Apesar do valor dos mecanismos de apoio serem equivalentes para o gasóleo e para a gasolina, a discrepância no modelo de operacionalização dos mesmos coloca em desvantagem as embarcações a gasolina da pequena pesca artesanal e costeira, uma vez que obriga os armadores e pescadores a avançar com o valor do combustível a preço de mercado, sendo apenas ressarcidos alguns meses mais tarde. - -----

Considera-se assim, que a implementação de um mecanismo que permitisse um desconto nos preços finais da gasolina consumida, equivalente ao que acontece com o gasóleo, seria uma medida essencial para apoiar este importante segmento do setor da pesca. -----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Na convicção de que a aceitação desta medida, em articulação com outros mecanismos, como é o caso do Decreto-Lei 30-C/2022, de 18 de abril, que cria um regime excecional e temporário de compensação destinado aos profissionais da pesca pelo acréscimo de custos de produção, irá beneficiar os pescadores da pequena pesca artesanal e costeira, contribuindo para evitar de uma degradação dos seus rendimentos, que se traduzirá num claro e objetivo gesto de incentivo à produção nacional. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 30 de setembro de 2022, delibera: -----

-----1. Ser fundamental a adoção de medidas por parte do Governo para limitar o impacto da excessiva volatilidade dos preços dos combustíveis, em particular no setor das pescas, no qual os combustíveis líquidos são ainda um fator de produção incontornável;-----

-----2. Face à confirmação do atual mecanismo de apoio à gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira, considera ser imperiosa a implementação de um mecanismo de apoio alternativo que permita efetuar o desconto no momento imediato do abastecimento ou, na impossibilidade, uma redução no período de reembolso e uma simplificação do processo do pedido de apoio, minimizando a desigualdade de tratamento face às embarcações a gasóleo; -----

-----3. Saudar os nossos Pescadores pela sua coragem e resiliência na manutenção do abastecimento alimentar ao país, apesar de todas as adversidades a que estão sujeitos no desempenho da atividade. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Primeiro-Ministro; Ministério da Agricultura e Alimentação; Ministério das Finanças; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Direção Geral dos Recursos Naturais e da Segurança Marítima; Associações de Pescadores e Organizações de Produtores; Conselho Municipal de Pescas; Estruturas Sindicais do setor.”-----

*-----De seguida, solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que não sabia se havia inscrições do público, mas havendo, fazia sentido entrar no PIAC.-----*

*-----O **Presidente da AMS** disse que inicialmente tinha dado logo essa indicação, até aproveitando a presença numerosa de munícipes hoje aqui presentes. Assim, sendo 22h30, completando agora os 60 minutos do PAOD, propunha que este fosse suspenso para que fosse dada a palavra aos munícipes no PIAC. --- -----*

-----Não havendo oposições a esta sugestão, o Presidente declarou aberto o PIAC, informando que havia duas solicitações de intervenção. A primeira da Munícipe Fernanda Rodrigues, da Comissão Sindical do STAL, cujo assunto a abordar era uma carta aberta ao Governo e às autarquias contra o

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

empobrecimento, e a segunda inscrição era do Município José Carlos Dias, com o assunto a abordar sobre a Lagoa de Albufeira.-----

-----Cedeu em seguida a palavra à **Município Fernanda Rodrigues**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que estava aqui em nome Comissão Sindical dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra, para ler uma carta aberta ao Governo e às Autarquias contra o empobrecimento. De seguida, fez a leitura da carta que a seguir se transcreve: -----

-----“**CARTA ABERTA AO GOVERNO E ÀS AUTARQUIAS CONTRA O EMPOBRECIMENTO**-----

-----*Aumentar salários, valorizar as carreiras, revogar o Siadap, reforçar o Poder Local e os serviços públicos*-----

-----*O Orçamento do Estado para 2022, recentemente aprovado, pouco se distingue da proposta chumbada em Outubro de 2021, o que significa que os graves problemas que há muito afectam os trabalhadores continuarão a arrastar-se e a aprofundar-se. Desde logo, a perda acentuada e generalizada do poder de compra dos trabalhadores, incluindo os que tiveram a mísera actualização de 0,9% como é o caso da Administração Pública, perante uma inflação que registou em Junho uma variação homóloga de 8,7 %, e que as previsões, mesmo as mais optimistas, situam acima dos 4% para este ano.*-----

-----*Lembramos que o Governo PS, desrespeitou a promessa de aumento de 1% em 2021, impôs a continuação da perda de poder de compra pelo 13º ano consecutivo aos trabalhadores da Administração Pública que perderam em média 15,4% do seu poder de compra desde 2009, enquanto o subsídio de refeição subiu 50 cêntimos, e que 0,9% significou na base das carreiras, para os assistentes operacionais, €5,98/mês; para os assistentes técnicos, €6,33/mês e para os técnicos superiores, €10,85/mês, havendo trabalhadores com trinta e mais anos de serviço que continuam na base da carreira. Neste contexto, os anunciados aumentos nas carreiras técnicas não só não resolvem as injustiças como confirmam a justeza da necessidade de revisão da tabela remuneratória única.*-----

-----*E se para quem vive do seu trabalho, ou da sua reforma, a vida é sempre difícil, a realidade é que os últimos meses tornaram-se um autêntico pesadelo, com o deflagrar da guerra na Ucrânia, a imposição de sanções e o aproveitamento da situação por parte dos grandes grupos económicos que continuam a acumular lucros fabulosos.*-----

-----*É, pois, inaceitável que o Governo PS, ao mesmo tempo que apregoa a sua preocupação com a vida dos trabalhadores e das suas famílias, dos reformados e pensionistas, instigue o sector privado a aumentar 20 % o salário médio como factor indispensável ao desenvolvimento do País, continue a recusar uma actualização dos salários na Administração Pública, invocando que a mesma irá provocar uma*

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

“espiral inflacionista” com consequências nefastas para a economia, e mantenha a obsessão pela redução do défice, da dívida, em obediência às imposições da União Europeia, mesmo quando a regra que determina essa obrigação está congelada, com as consequências cada vez mais visíveis no funcionamento dos serviços públicos.-----

-----É inadmissível que o Governo PS continue a negar o direito a carreiras profissionais dignas, sem o que não é possível motivar e atrair trabalhadores.-----

-----É intolerável que o Governo PS mantenha o SIADAP, cuja promessa de revisão não chegou a ver a luz do dia, um instrumento penalizador que não visa avaliar, mas criar desigualdades, impedir a progressão e conter os salários. -----

-----É injustificável o que se verifica com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, uma conquista dos trabalhadores, havendo autarquias que continuam sem o aplicar, apesar de terem trabalhadores que reúnem as condições para o seu recebimento, e outras que o fazem da forma mais negativa possível, restringindo ainda mais um suplemento que não contempla o risco laboral, que exclui muitas profissões, assim como as compensações pela prestação de trabalho prestado nestas condições, designadamente, a atribuição de mais dias de férias, a redução do horário de trabalho e da idade legal da reforma. -----

-----Tal como é injustificável a não regulamentação de outros suplementos, como o de isenção de horário e piquete. -----

-----É inaceitável o esbulho que permanece com a proibição da acumulação dos salários com as indemnizações devidas aos trabalhadores sinistrados com capacidade geral de ganho inferior a 30%, situação que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores nesta situação.-----

-----É a ausência condenável de medidas de combate ao flagelo da precariedade, cuja dimensão, após o PREVPAP, continua a aumentar, alimentada pelas mais diversas e perversas formas de aprofundar a exploração e trabalho sem direitos. -----

-----É a insistência num gravoso processo de transferência de competências para os municípios de funções sociais do Estado, sem estarem assegurados os meios humanos e financeiros indispensáveis, como o próprio governo foi forçado a admitir após a denúncia pelos municípios que continuam em grande número a recusar este caminho, e com os riscos que a municipalização de áreas estruturantes como a saúde, a educação, a segurança social comportam na garantia de acesso igualitário das populações. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----É o desrespeito e o bloqueio à contratação colectiva tanto no sector público como no privado, enquanto se mantêm as normas gravosas da legislação laboral que agredem os trabalhadores e permitem acentuar a exploração laboral. -----

-----Tendo em conta os graves problemas elencados, e num momento de extraordinária dificuldade como aquele que atravessamos, é urgente alterar o rumo que tem vindo a ser seguido, mobilizar todos os meios e tomar as medidas que permitam a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Ad. Pública, de que se destacam: -----

----- Aumento imediato de 90 euros para todos os trabalhadores; -----

----- Aumento real dos salários, com um Salário Mínimo Nacional de 850 euros; -----

----- Actualização do subsídio de refeição para 7,50 euros; -----

----- Descongelamento efectivo das promoções e das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e todas as categorias; -----

----- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008; -----

----- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas que valorize os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e a progressão profissionais; -----

----- Correção da Tabela Remuneratória Única (TRU); -----

----- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso e reposição do descanso compensatório suplementar; -----

----- Pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais; -----

----- Reposição dos 25 dias de férias e respectivas majorações, para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo; -----

----- Extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as actividades em que as funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie a probabilidade de lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde; -----

----- Regulamentação do suplemento de disponibilidade e isenção de horário; -----

----- 35 horas, para todos, independentemente do vínculo; -----

----- Reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troyka em Portugal, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho; -----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Pelo direito à Contratação Colectiva nas empresas municipais e concessionárias de serviços públicos;-----

----- Erradicação de todas as formas de precariedade;-----

----- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis; -----

----- Preservação da ADSE como sistema público e a redução das contribuições para 1,5 por cento sobre 12 meses;-----

----- Reversão do processo de descentralização em curso para as autarquias.-----

-----Perante uma situação nacional marcada pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da maioria da população, veio o Governo, apesar de no final de 2022 apresentar um pacote de medidas insuficientes para 2023, a intenção de atualizar a tabela salarial dos trabalhadores da administração pública de 2%, demonstra que o Governo pretende impor aos trabalhadores a continuação de perda de poder de compra e a degradação da qualidade das suas vidas, como se prevê numa inflação final de 2022 de cerca de 7,4%.-----

-----E onde fica a situação dos trabalhadores e das famílias que enfrentam o agravamento brutal do custo de vida, particularmente dos bens essenciais. -----

-----Um trabalhador com um salário de 1000€, depois de perder, fica apenas com cerca de 700€. -----

-----O Governo, como paliativo, anunciado, quer atribuir uma prestação única de 125€, mas que ainda vai ser sujeita a 23% de IRS, ficando apenas com 96€ líquidos para compensar o perdido. Esta é a proposta do Governo.-----

-----Para nós a situação é clara. À boleia da pandemia e agora das sanções devido à guerra, há um aproveitamento delas e o grande capital faz, e está em marcha um grande assalto aos direitos dos trabalhadores aos salários, às pensões e aos serviços públicos.-----

-----Um ano não tem apenas 30 dias, o ano tem 365 dias nos quais trabalhamos e temos direito a ter remunerações dignas.-----

-----Assim, afirmamos que as dificuldades reais e sérias que os trabalhadores e o país atravessam, não se resolvem como paliativos, que não vão à raiz dos problemas, que não interrompem a escalada de preços, mas travam salários e pensões ao mesmo tempo que deixam impunes os grandes lucros das grandes empresas como já citada na carta aberta ao Governo e às Autarquias contra o empobrecimento.---



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Estas são reivindicações justas e a sua concretização é essencial para responder aos problemas, para valorizar e dignificar os trabalhadores que todos os dias garantem a prestação de serviços públicos e querem servir cada vez melhor as populações.*-----

-----*Com confiança e determinação, prosseguiremos a luta pelo Poder Local Democrático e por serviços públicos de qualidade, por mais e melhores condições de trabalho, pelo aumento geral de salários, contra o empobrecimento!*-----

-----*Os trabalhadores estão cada vez mais pobres.*-----

-----*Os grandes grupos económicos e o próprio Estado, acumulam lucros com impostos obscenos.*-----

-----*A crise que vivemos impõe medidas sérias e urgentes que permitam melhorar o rendimento dos trabalhadores.*-----

-----*Pela Comissão Sindical de Sesimbra;*-----

-----*Lisboa, 1 de Julho de 2022*-----

-----*A Direcção Nacional do STAL*-----

-----Por fim, perguntou se podia proceder à distribuição da carta.-----

-----**O Presidente da AMS** solicitou que deixasse a carta junto dos serviços que fariam a distribuição desta pelos líderes de bancada.-----

-----De seguida, cedeu a palavra ao **Município José Carlos Dias** que cumprimentou todos os presentes e disse que, sabendo até que se aguardava uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), gostaria de saber o que estava efetivamente previsto ou em curso para a renovação da tão necessária requalificação da Lagoa de Albufeira.-----

-----Referiu que há cerca de 2 anos tinha sido aqui informado que estava previsto neste ano de 2022, importantes desenvolvimentos e melhoramentos para esta área aquífera e zonas circundantes. Em segundo lugar, e a pedido de um grupo de pessoas idosas e proprietários há muito tempo moradores na zona Ecológica da Lagoa de Albufeira, que haviam pedido total de anonimato por temerem represálias que, em nome destas, apresentasse também hoje aqui este displicente assunto, pois estavam revoltados e ninguém compreendia como era possível que nos dias de hoje e à revelia de todas as normas, alguém que nem conhecia, e ao que parecia, era proprietário de uma outra excelente moradia nesta zona, adquirisse agora na Rua do Moinho, os lotes 10 e 12, artigo I, e em plena zona verde frontal à Lagoa, nos quais escandalosamente tinha vindo a construir descaradamente, alterando e aumentando a bel-prazer, estruturas, telhados, relaxamentos de chão, aumentando substancialmente a área anterior de construção, janelas, escadas exteriores que tinham passado a ser interiores, rés-do-chão e primeiro

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

andar, etc. E tudo isto numa zona ecológica frontal à Lagoa e onde era determinantemente proibido construir, servindo-se ainda, para melhor encobrir todas estas afrontas, de enormes taipais e redes com obras consecutivas a começarem às 8h00, sem tempo certo e só parando aos domingos, com camionetes a circularem abusivamente em fora de mão, pois esta rua só tinha um sentido e nem isso respeitavam.-----

----- Ninguém nas redondezas compreendia esta realidade e continuadas ilegalidades, tanto mais que mesmo em zona de construção legal, havia quem tivesse sido vítima de processos camarários e tivesse sido obrigado a recorrer aos tribunais por apenas ter legitimamente melhorado a sua única e velhinha casa de banho já existente no mesmo local há décadas, bem como também ser processado por substituição do velho e podre telhado de chapas por um outro moderno e térmico. -----

-----Agradeceu a melhor atenção e informações possíveis sobre o exposto, solicitando que ficasse o supracitado devidamente registado em ata.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara** para esclarecimentos aos munícipes, que começou por dar a nota de que, uma vez que, aparentemente a carta aberta tinha sido dirigida ao Governo e às autarquias, não podia deixar de fazer dois ou três comentários, nomeadamente: -----

-----Da parte do Município de Sesimbra, transversal a todo o executivo, vinha sendo decisão dos últimos anos, a aplicação da opção gestionária que permitia de certa forma, e era o instrumento legal que tinham, antecipar em muito aquilo que era a progressão na carreira com base na tabela remuneratória única, e vinha sendo uma atribuição feita à generalidade dos trabalhadores, sendo que vinha havendo sempre capacidade financeira para que não fizessem nenhuma destreção sobre carreiras ou determinadas funções, e dizer com toda a franqueza e frontalidade, que muitas vezes estavam de acordo com as circunstâncias que tinham sido aqui apresentadas, e às vezes também muito incompreensível por parte de alguns trabalhadores, que não dependia do Município se a nota do SIADAP era favorável ou menos favorável a determinado trabalhador ou se a progressão na carreira era feita de forma mais rápida ou mais célere.-----

-----Da parte do Município, vinham utilizando os instrumentos legais que tinham, corroborando grande parte das circunstâncias que aqui tinham sido elencadas, a primeira das quais no quadro atual, a remuneração dos funcionários públicos, na sua generalidade, quer gostassem ou não, que neste momento era baixa. Demasiadamente baixa. Bastava pensar, por um lado, em equipas técnicas como era possível nos dias de hoje, numa carreira iniciada, por exemplo, para um engenheiro civil ou para um arquiteto, ter uma remuneração líquida mensal de 900 euros, ou, para um bom motorista, para um bom



Assembleia Municipal de Sesimbra

canalizador, para um bom pedreiro, ter o salário mínimo nacional ou ter os encarregados a receber 700€ ou 800€. -----

-----Na generalidade, reconheciam e achava que todos deviam reconhecer, e notava-se até do ponto de vista dos últimos anos, aquilo que vinham sendo os candidatos ou a falta deles a alguns procedimentos concursais abertos pelo Município, e isso tinha a ver, obviamente, com a pouca atratividade que a carreira remuneratória do funcionalismo Público também representava. -----

----- Sem ter medo das palavras, porque não deviam ter medo das palavras, dizer que isto muitas vezes também fazia uma seleção natural entre aqueles que se candidatavam ao Município e aqueles que não se candidatavam ao Município. Os bons técnicos, bons trabalhadores conseguiam hoje no setor privado ou solidário, sem ser no setor público, ter uma carreira tabelada na tabela remuneratória única. Se tivessem melhores condições, não iriam para o serviço Público, sendo que este, de certa forma, ficava empobrecido com a qualidade do serviço a prestar à população. -----

----- Disse que consideravam justas as reivindicações e que estava fora do alcance da autarquia poder resolvê-las à escala e dimensão desta. Acrescentou que, acompanhando estas justas reivindicações também muitas vezes vinha dizendo, sem ter medo das palavras, que muitas vezes tinham de acompanhar também a Justiça da sua aplicação, e mais uma vez, reconhecendo que o sistema de avaliação de desempenho não só era obsoleto como muitas vezes inaplicável e perverso. Garantidamente que retardava e muito aquilo que era progressão na carreira de um funcionário Público, que acontecia, sem aplicação de uma opção gestonária, de 10 em 10 anos, em regra geral, se tivesse uma avaliação de adequado, que era a maioria dos casos, progredindo na tabela remuneratória única que também precisava de ser atualizada em função daquilo que vinha sendo a atualização do salário mínimo nacional dos últimos anos. -----

----- A diferença, hoje, entre um salário médio da função pública, que era baixo, e o salário mínimo nacional, era irrelevante e, portanto, isso tinha de ser atualizado, mas dizer também que num quadro ótimo de avaliação que tinha acontecer, porque tinha de haver algum mecanismo mais fácil de poderem agilizar e não ser tão perverso como aquele que era hoje o sistema de avaliação de desempenho prevista na lei, também tinha de contemplar efetivamente aqui a Justiça da aplicação, que muitas vezes muitos funcionários usufruíam, quando na verdade, também não produziam o necessário e o suficiente para aquilo que efetivamente era a sua condição de funcionalismo Público. -----

-----Por fim, disse que subscreviam de certa forma na íntegra, como subscreviam há muitos anos a esta parte, mas obviamente não conseguiam, à escala da Câmara Municipal, resolver, estando

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

obviamente ao lado, como vinham estando, dos trabalhadores, na sua generalidade, naquilo que eram as justas reivindicações que obviamente vinham sabendo conduzir também nas negociações mais à escala nacional.-----

----- Quanto às questões da Lagoa de Albufeira, disse que não havia, para já, nenhuma dúvida relativamente ao processo de assoreamento da Lagoa de Albufeira. Tinha tido a oportunidade de na abertura do encontro de Paleontologia, onde também tinham tido a honra de ter presente o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, poder ter comentado o processo em si e a fase do processo em que se encontrava o projeto de abertura e de desassoreamento da Lagoa de Albufeira. -----

-----Referiu que tinha tido a oportunidade de falar, na semana passada, com o Vice-Presidente da APA, que tinha esta matéria, que estava fora do país e chegaria na próxima semana, sendo que este ligaria para eventualmente reunirem e terem alguma informação mais precisa sobre se havia condições ou não para em 2023 haver algum tipo de intervenção.-----

-----Disse também que, por falta de capacidade financeira aa Agência Portuguesa do Ambiente, este ano tinham assinado um protocolo que havia permitido ao Município abrir o procedimento concursal para a abertura normal da Lagoa de Albufeira que já ia sendo manifestamente insuficiente para resolver fosse que problema fosse. Acrescentou que tinham assinado o protocolo que havia permitido descentralizar a competência da operação da abertura da Lagoa de Albufeira, mas ainda não tinham assinado o contrato interadministrativo de financiamento para abertura deste ano e dos seguintes, o que também era uma matéria que teria de ser, de certa forma, revista e afinada com a Agência Portuguesa do Ambiente. Mas não havia nenhuma novidade, apesar das missivas. -----

-----Disse que a própria Câmara Municipal tinha aprovado por unanimidade uma moção que havia enviado não apenas à Agência Portuguesa do Ambiente, como também aos grupos parlamentares e à tutela. Contudo, à Câmara Municipal ainda não tinha chegado nenhuma resposta, e, portanto, a não ser os contactos que vinham fazendo informais, quer com o Presidente quer com o Vice-Presidente da APA, não havia nenhuma informação que pudessem prestar que pudesse ser credível nesse sentido. -----

-----Quanto à outra questão que o município havia colocado, disse julgar ser na AUGI 3 da Lagoa de Albufeira e que o próprio tinha tido a oportunidade de se deslocar ao local pessoalmente, mas sabia que o Vereador Nelson também o tinha feito. Era uma situação que estava mais do que identificada, os autos estavam levantados, os processos de contraordenação estavam a acontecer, o embarque tinha sido efetuado, não tinha sido rececionado pelos proprietários e iria entrar num processo de crime de desobediência.-----

Ata nº 15-- Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A tramitação legal era assim. O Município não podia chegar lá com uma máquina e mandar parar tudo e meter uma máquina à frente. Havia processos legais. Os processos de contraordenação estavam levantados. O embargo tinha sido levantado relativamente à situação em apreço. Percebiam claramente que as pessoas continuavam a laborar, principalmente ao fim de semana, e eram registados os avanços feitos em obra, pelo menos da parte de fora porque não deixavam entrar a fiscalização. Portanto, neste momento iriam incorrer num crime de desobediência por não acatarem a decisão de embargo que era comunicada a um conjunto de entidades.-----

----- Disse que, saindo da Lagoa de Albufeira para o Marco do Grilo, na Aiana de baixo, havia exatamente um processo semelhante que era brutal que se via da estrada, de alguém que tinha adquirido aquele espaço na herdade da Aiana de Baixo e que estava a fazer obras de ampliação brutais, que já tinham também um embargo, já tinha um processo de crimes desobediência, e de facto, muitas vezes era difícil ao Presidente da Câmara e ao vereador que tinha o pelouro da fiscalização, ao vereador que tinha o pelouro das AUGIS, explicar a qualquer cidadão porque é que aquilo continuava a decorrer, mas não havia outro mecanismo, portanto, a Câmara não se podia substituir ao Tribunal e usar da força para impedir que as pessoas continuassem a fazer aquilo que ilegalmente estavam a fazer. O que podia acontecer no futuro era haver, obviamente, a reposição da legalidade, que era normalmente o final desta história, que muitas vezes, infelizmente, levava muitos anos, que era a reposição da legalidade, através do processo de demolição daquilo que estava construído ilegalmente.-----

-----Neste momento era um processo que estava a tramitar e que tinha de ser explicado às pessoas que não havia outra forma. Portanto, nem o Presidente da Câmara, Francisco Jesus, nem o Vereador Márcio, Nelson ou Miguel, podiam ir para lá com uns “paus” ou com umas “caçadeiras” e não deixar ninguém entrar por estarem a construir ilegalmente. Não podiam, por muita vontade que às vezes tivessem, e era este o ponto da situação. Infelizmente era uma situação a olhos vistos, feita na “barba de pessoas” entre as quais muitas delas não tinham ligação à rede de esgotos, não tinham ligação à rede de águas, não tinham ligação à rede elétrica, e estavam à espera de um processo para determinar. Portanto, esperavam que num futuro, não muito distante, que era na reconversão das Augi 1, 2 e 3, cujo processo estava a decorrer com os respetivos conselhos de administração, a tramitar até com alguma velocidade nos últimos tempos, que isso ficasse resolvido.-----

-----Era o que podiam fazer e neste momento o caminho estava feito e o processo estava mais do que sabido e tinha sido enviado pelas pessoas, pela Junta de Freguesia e os próprios tinham-se deslocado ao local e tirado fotografias, quer os serviços, quer os próprios vereadores.-----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, disse que as pessoas continuavam a incorrer e que com certeza que as penalizações não seriam leves, e o final da história estava Longe de se saber como é que terminava.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Cláudia Mata** que cumprimentou todos os presentes e disse que, se possível, gostaria de fazer uma correção à Carta trazida pela Fernanda do Ó, com a qual era solidária, de facto, a algumas das reivindicações, porque considerava de facto que a tabela remuneratória da função pública era demasiado baixa, causando enormes constrangimentos no âmbito da contratação, como o Senhor Presidente tinha tido a oportunidade de enumerar. Mas queria aqui deixar claro que o apoio financeiro de 125€ aos cidadãos não pensionistas com rendimentos até 2700€ mensais brutos para atenuar os efeitos do aumento dos preços era líquido, portanto, não era sujeito a impostos, nomeadamente a IRS, como tinha sido mencionado que depois ficava em cerca de 90€. Não sabia se queriam proceder a essa correção. Havia outras incorreções, mas esta era a gritante e tinha conseguido detetar.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse pensar que a Múncipe Fernanda Rodrigues iria certamente corrigir o documento e depois fazer chegar uma versão corrigida.-----

-----Agradeceu em seguida aos munícipes, o Senhor José Carlos Dias e a Senhora Fernanda Rodrigues, dizendo que tinha terminado este período de intervenção aberto aos cidadãos e que iriam retomar o PAOD com a **Recomendação à Câmara Municipal com o título: “Regulação das Áreas de Serviço de Autocaravanas”**.-----

-----Informou que este era um documento que tinha baixado às Comissões 2 e 4, por ser um assunto que cruzava as áreas de intervenção destas 2 comissões, por deliberação numa reunião do plenário realizada a 26 de novembro de 2021, logo praticamente após a tomada de posse.-----

-----Disse que antes de dar a palavra ao Coordenador da Comissão 2, Deputado Paulo Caetano, não podia deixar de fazer dar uma nota no sentido de atestar e confirmar aquilo que era o cuidado que esta AMS vinha tendo com as matérias e o seu sentido democrático. Este tinha sido um documento trazido a plenário, há época, por uma colega deputada independente ou deputada não inscrita, mas que no início deste ano civil havia solicitado a sua Renúncia de mandato, sendo que seria por isso que os assuntos pertinentes não eram levados até ao final da sua deliberação.-----

-----Cedeu em seguida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano**, Coordenador da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente que disse que poderia falar em nome da Comissão 2, e da Coordenadora da Comissão 4, como toda Comissão 4, que também tinha participado na discussão desta recomendação.-----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Era um facto que a recomendação tinha sido apresentada pela Deputada não inscrita, que tinha sido eleita e que tinha estado meses ao serviço na Assembleia Municipal, mas, de qualquer forma, havia essa responsabilidade das 2 comissões. Tinha sido decidido aqui, por unanimidade, baixar à 2 comissões e, portanto, não fazia qualquer sentido que ambas as comissões não prestassem atenção à recomendação. -----

-----Disse que não iria ler a recomendação porque não se justificava, mas julgava que todos os membros das comissões 2 e 4 poderiam corroborar o que ia dizer, que, na verdade, tinham olhado para este texto com muita atenção e que tinha sido objeto de inúmeras sugestões e tinham tentado fazer com que toda a gente se revisse neste texto. -----

----- Tinham sido muito importantes as explicações recebidas por parte do executivo na reunião presencial, sendo que ainda tinham tido outra reunião online para afinar a versão final do texto e, para além do dito espírito democrático que prevalecia aqui na Assembleia, e que o Senhor Presidente da AMS havia referido, também queria realçar que o trabalho das 2 comissões tinha sido extremamente colaborativo, com a participação de todos os membros das comissões. -----

-----Todos os membros das comissões 2 e 4 tinham manifestado a sua opinião, contribuído com sugestões e, nesse sentido, achava que todos se sentiam perfeitamente confortáveis com esta versão do texto. -- -----

-----De seguida, não havendo intenções de intervenção, **o Presidente da AMS colocou à votação a Recomendação à Câmara Municipal com o título: “Regulamentação das Áreas de Serviço Autocaravanas (ASAs)”, abaixo transcrita, que foi aprovada por unanimidade:** -----

-----*“O turismo de autocaravanas tem apresentado um aumento significativo ao longo dos últimos anos pelo que importa, até em face da nova legislação existente, proceder à sua regulamentação a nível municipal.* -----

-----*A mais recente legislação, Lei n.º 66/2021 de 24 de agosto, modifica o regime de estacionamento, pernoita e estacionamento de autocaravanas, alterando o Código da Estrada e o Regulamento de Sinalização do Trânsito. Assim, a legislação proíbe a pernoita e o estacionamento de autocaravanas ou similares em áreas da Rede Natura 2000, áreas protegidas e zonas abrangidas pelos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, com exceção para os locais onde seja expressamente autorizada. No restante território e na ausência de regulamento municipal para a atividade, é permitida a pernoita de autocaravanas homologadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., por um período máximo de 48 horas no mesmo município.* -----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em Sesimbra, estas áreas classificadas e protegidas ocupam parte significativa do território, o que representa uma necessidade premente de disciplinar o estacionamento e pernoita deste tipo de viaturas e de selecionar locais onde tal seja autorizado através de um regulamento municipal que estabeleça as regras a seguir por esta atividade turística. -----

-----No município de Sesimbra, apenas se encontra uma única Área de Serviço para Autocaravanas (ASA), de exploração privada e na dependência de uma superfície comercial na zona de Santana (Freguesia do Castelo). Existe, no entanto, uma outra infraestrutura no Parque de Campismo do Forte do Cavalo, de âmbito municipal, que não se encontra sinalizada. -----

-----Perante o exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 30 de setembro de 2022, recomenda à Câmara Municipal a elaboração de um regulamento municipal que estabeleça os requisitos para o licenciamento de Áreas de Serviço de Autocaravanas (ASA) no concelho de Sesimbra, as regras para estacionamento e pernoita aplicável a todas as ASA no território do município, e a elaboração de um estudo de ordenamento sobre a definição dos locais quanto à instalação de infraestruturas e estacionamento, assente em critérios de natureza técnica.” -----

-----Logo após o Presidente deu continuidade ao PAOD, com a **Recomendação à Câmara Municipal com o título: “Atribuição de Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM)”**, que a seguir se transcreve: -----

-----“No âmbito do Decreto-Lei nº38/2015 de 12 de março que Desenvolve a Lei nº17/2014 que estabelece a Lei de Bases da Política de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional foram recentemente tornados públicos dois editais tendo em vista a atribuição de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), em zonas com impacto nos agentes económicos do concelho, nomeadamente no sector da pesca.-----

-----Os Editais em questão são:-----

-----1. EDITAL PT2022OEDT004048101 – Solicitado pela Blue Oasis Technology, Lda (BOTL) - para desenvolvimento de um projeto-piloto para instalação de um complexo recifal com cerca de 10.000m², ao longo da batimétrica dos 30 metros, na área marítima ao longo da Comporta, Município de Grândola – pedido (que esteve) sob consulta publica entre 02 e 23 de agosto. -----

-----2. EDITAL PT2022OEDT005186201 – Solicitado pela Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. (Lisnave) – para imersão de cerca de 60.000 m³ de dragados de classe 2 e de classe 3, no âmbito de dragagens imprescindíveis à manutenção das condições de navegabilidade e segurança no acesso ao estaleiro de



Assembleia Municipal de Sesimbra

reparação e conversão naval – pedido sob consulta pública entre 23 de setembro e 14 de outubro de 2022. --

-----Ambos os TUPEM terão impactos sobre todos os agentes económicos que utilizam a área marítima sujeita à atribuição do título, bem como das áreas limítrofes. Particularmente sensível, é o impacto que a atribuição destes títulos de utilização privativa pode ter nos operadores do sector da pesca, que por se sentirem lesados, se organizaram no sentido de contestar a atribuição desses TUPEM.

O desenvolvimento das atividades relacionadas com o mar, tem sido apontado como um desígnio nacional, que Sesimbra, enquanto concelho costeiro não renega. Tem sido várias as iniciativas em que o município e os operadores privados do concelho se têm envolvido na perspetiva de concretizar esse desenvolvimento.-----

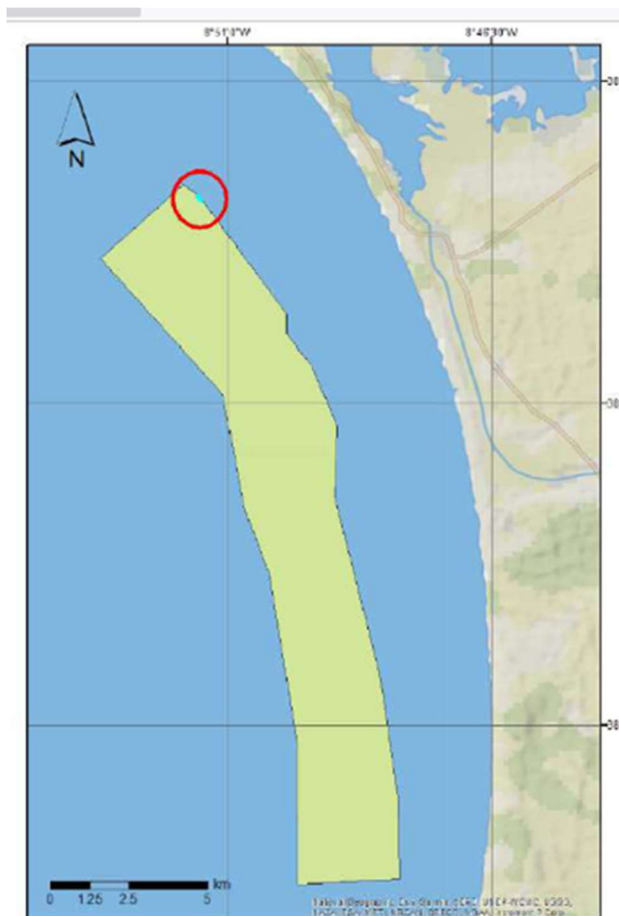
-----No entanto, a evolução deve somar e não subtrair. Não pode por isso sobrepor-se a atividades que tem relevância cultural, social, mas também económica para o concelho.-----

-----Exemplificativo dessa importância, é o facto de a delegação do Centro e Sul da Docapesca, que inclui os portos de Sesimbra, Setúbal e Sines (aqueles cujas embarcações operam maioritariamente nas áreas do TUPEM em questão) transacionou nos últimos 3 anos um volume anual acima das 35 mil toneladas, o que representou um valor de vendas entre os 53 e os 59 milhões de euros. Sesimbra, tem tido presença permanente num dos lugares do pódio da tabela nacional quer em volume, quer em valor de pescado transacionado em lota. -----

-----A atribuição de um Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional que irá, no caso do Edital lançado pelo BOTL, vedar o acesso a uma das mais importantes zonas de pesca numa área extensa (que numa segunda fase se pode estender por 52km² – imagem abaixo) não pode ser feita de animo leve e sem uma formal e séria avaliação de impacto ambiental, social e económico.-----



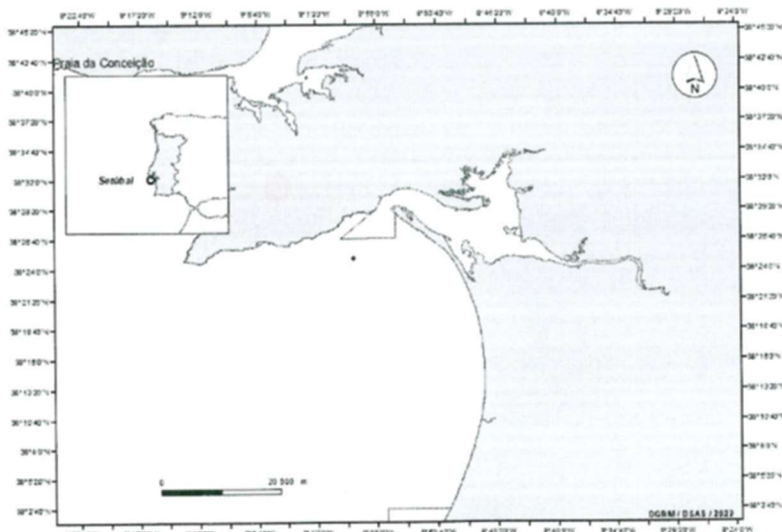
Assembleia Municipal de Sesimbra



-----Também a possível descarga de 60.000m³ de dragados (com contaminação leve ou vestigiária de metais pesados e compostos orgânicos) terá um impacto na fauna e na flora marinha que não pode ser desprezado, e que se estenderá por uma área muito maior do que aquela a que diz respeito o TUPEM (abaixo).-----



Assembleia Municipal de Sesimbra



-----Um aspeto paralelo, mas ainda assim relevante, e que não pode deixar de ser relevado, prende-se com o período escolhido para o lançamento do edital e o prazo atribuído para a discussão pública. Num dos casos (BOTL), o edital foi lançado em pleno mês de agosto e apenas durante 10 dias úteis, sem nenhuma divulgação para além do site da DGRM, o que é absolutamente inadmissível e contrário ao devido e necessário escrutínio público. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida no dia 30 de setembro de 2022, recomenda que seja promovida uma revisão à forma como são lançados os EDITAIS tendo em vista a atribuição de Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM) com impactos relevantes em termos ambientais, culturais e económicos sem a realização de um estudo de impacto sobre essas 3 vertentes. Considerando, que não é admissível, que decisões com impacto relevante não sejam alvo de uma ampla e informada discussão pública, em moldes completamente diferentes daqueles que hoje são aplicados para este tipo de atribuições.-----

-----Esta recomendação depois de votada deve ser enviada para: -----

- Sra. Ministra da Agricultura e da Alimentação;-----
- Sra. Secretária de Estado das Pescas; -----
- DGRM; -----
- Associações e Organizações de produtores do sector das pescas dos portos de Sesimbra, Setúbal e Sines; -----
- Docapesca;-----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----• *Câmara Municipal de Sesimbra;*-----

-----• *Conselho Municipal de Pesca.”*-----

-----**O Presidente** disse que este era um assunto que tinha chegado ao conhecimento da AMS durante o mês de julho e era um assunto que tinha sido colocado a consulta pública, sendo que nesse período já não tinha havido tempo útil para reunir e tomar uma posição, deliberar sobre um documento, mas tinha ficado na altura algum sentimento por parte de todos os membros da Comissão 1 de, em tempo útil, elaborar um documento para trazer a esta reunião.-----

-----Solicitou em seguida ao Deputado Carlos Macedo que fizesse a apresentação do documento, sendo que tinha sido este a trazer esta problemática, e, de uma forma muito democrática, na Comissão, tinham decidido que seria este a elaborar o documento, sendo que posteriormente tinha passado por todos os elementos da comissão, tendo sido alvo de contributos e sugestões. -----

-----Interveio o **Deputado Carlos Macedo** que disse que, tal como o Senhor Presidente da AMS tinha explicado, o início deste assunto começara no final de Julho com o lançamento de um primeiro edital para uma zona geográfica, limite de Sesimbra, mais concretamente no Município de Grândola, no largo da comporta, mas que era uma área utilizada pela frota pesqueira que estava aqui em Sesimbra e nesse momento não tinha sido possível trazer isso à Assembleia porque tinha sido em pleno período de férias e não estava prevista nenhuma sessão. -----

-----Referiu que o período de discussão pública havia decorrido entre 2 a 23 de agosto, e esse projeto passava pela implementação de um complexo recifal com cerca de 1 hectare e uma batimétrica de 30 metros, e este edital que visava a atribuição do título de utilização privativa do espaço marítimo para esta zona específica, havia merecido contestação dos vários representantes do setor, quer de Sesimbra, quer de outros portos e desta zona, nomeadamente Setúbal e Sines. Entretanto tinha saído também outro edital que estava ainda em curso para período de análise ou contestação até 14 de outubro, que passava pela imersão de cerca de 60.000 m³ de dragados contaminados classe 2 e 3, no âmbito de dragagens no estaleiro da Lisnave da Mitrena, em Setúbal, a antiga Setnave, para depósito numa zona que ficava perto da barra de Setúbal. -----

----- Mais do que discernir sobre os impactos específicos destes 2 Editais, aquilo que tinha sido entendido na Comissão era que esta recomendação fosse no sentido da forma como eram desenvolvidos estes projetos e o lançamento destes editais ou atribuição destes títulos, e tinha muito a ver com a lei de bases do ordenamento do espaço marítimo, aprovada no ano 2014 que havia criado este mecanismo de atribuição de títulos privados a parcelas do mar de forma mais facilitada. Aquilo que esta recomendação

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tentava expor era que, percebendo o que tinha estado na base da facilitação da atribuição destes títulos, não podiam passar do “8 ao 80” sem qualquer estudo de impacto sobre as atividades económicas já existentes ou já exercidas nesses territórios, de impactos ambientais que estes ou outros editais pudessem ter sobre essas áreas marítimas, sobre a sua fauna e sobre a sua flora, nalguns casos até aspetos de cariz cultural que não eram considerados. Ou seja, não podiam ser lançados editais em pleno mês de agosto, cumprindo aquilo que a lei especificava ou o regulamento que estabelecia a atribuição destes Editais durante 15 dias úteis, sem praticamente nenhuma divulgação pública. -----

-----Referiu que o primeiro edital não tinha sido dado sequer conhecimento aos organismos representativos do setor. Estes editais estavam no âmbito do Ministério do Mar, que tinha a ver com a organização do Governo, e a Secretaria de Estado das Pescas, que fazia parte do Ministério da Alimentação e Agricultura, não tinha conhecimento deste edital, sendo que este tinha sido transmitido pelos representantes de Sesimbra numa reunião à Secretaria de Estado, o que demonstrava a incongruência de tudo isto.-----

----- Por fim, disse que o que estava aqui em causa e o que a recomendação referia era que devia ser feita uma avaliação dos impactos e que a atribuição simplificada deste tipo de títulos de exploração privada ou de concessão a privados de espaços públicos, atualmente do domínio Público marítimo, não podia ser feita de ânimo leve.-----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que disse que iria deixar duas notas. A primeira para confirmar aquilo que o deputado Carlos Macedo havia afirmado, porque teria sido uma afirmação pública da Senhora Secretária de Estado das pescas de que não tinha tido conhecimento dos editais, e, portanto, isso aparentemente confirmava-se. A segunda nota era uma sugestão para que, na parte final da Recomendação, onde se listavam as entidades que deveriam receber esta recomendação depois de aprovada, acrescentar o Senhor Ministro da Economia e do Mar e o Senhor Secretário de Estado do Mar antes da Senhora Ministra da Agricultura, da Alimentação e da Senhora Secretária de Estado das pescas. ---

----- Solicitou o uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** que disse que havia solicitado a intervenção para sugerir precisamente que fosse acrescentado o Ministro da Economia e do Mar, o Ministro das Finanças e o Senhor Primeiro-Ministro nas entidades a enviar a recomendação. -----

-----Referiu que, para além da questão do ordenamento do mar e de uma tentativa de privatizar o mar, estes TUPEM's também não podiam ser feitos de forma isolada, e era isso que estava a acontecer. Estavam a ser atribuídos TUPEM's de forma isolada e isto tinha de ser pensado de uma forma conjunta, se não os pescadores deixariam de ter onde pescar. -----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse achar que a Recomendação deveria de ser enviada também para os grupos parlamentares da Assembleia da República.-----

-----A **Deputada Paula Rodrigues** solicitou ainda a inclusão das juntas de freguesia do Concelho e a comunicação social local e regional. -----

-----Interveio o **Presidente da AM** que referiu que, por inerência de funções, os presidentes das juntas de freguesia eram membros do Conselho Municipal das Pescas.-----

-----De seguida, colocada à votação, foi **aprovada por unanimidade a Recomendação com o título “Atribuição de Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM)”**, com a seguinte redação: -----

-----“No âmbito do Decreto-Lei nº38/2015 de 12 de março que Desenvolve a Lei nº17/2014 que estabelece a Lei de Bases da Política de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional foram recentemente tornados públicos dois editais tendo em vista a atribuição de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), em zonas com impacto nos agentes económicos do concelho, nomeadamente no sector da pesca.-----

-----Os Editais em questão são:-----

1. EDITAL PT2022OEDT004048101 – Solicitado pela Blue Oasis Technology, Lda (BOTL) - para desenvolvimento de um projeto-piloto para instalação de um complexo recifal com cerca de 10.000m2, ao longo da batimétrica dos 30 metros, na área marítima ao longo da Comporta, Município de Grândola – pedido (que esteve) sob consulta publica entre 02 e 23 de agosto. -----

2. EDITAL PT2022OEDT005186201 – Solicitado pela Lisnave – Estaleiros Navaís, S.A. (Lisnave) – para imersão de cerca de 60.000 m3 de dragados de classe 2 e de classe 3, no âmbito de dragagens imprescindíveis à manutenção das condições de navegabilidade e segurança no acesso ao estaleiro de reparação e conversão naval – pedido sob consulta pública entre 23 de setembro e 14 de outubro de 2022. --Ambos os TUPEM terão impactos sobre todos os agentes económicos que utilizam a área marítima sujeita à atribuição do título, bem como das áreas limítrofes. Particularmente sensível, é o impacto que a atribuição destes títulos de utilização privativa pode ter nos operadores do sector da pesca, que por se sentirem lesados, se organizaram no sentido de contestar a atribuição desses TUPEM. -----

-----O desenvolvimento das atividades relacionadas com o mar, tem sido apontado como um desígnio nacional, que Sesimbra, enquanto concelho costeiro não renega. Tem sido várias as iniciativas em que o município e os operadores privados do concelho se têm envolvido na perspetiva de concretizar esse desenvolvimento. -----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025

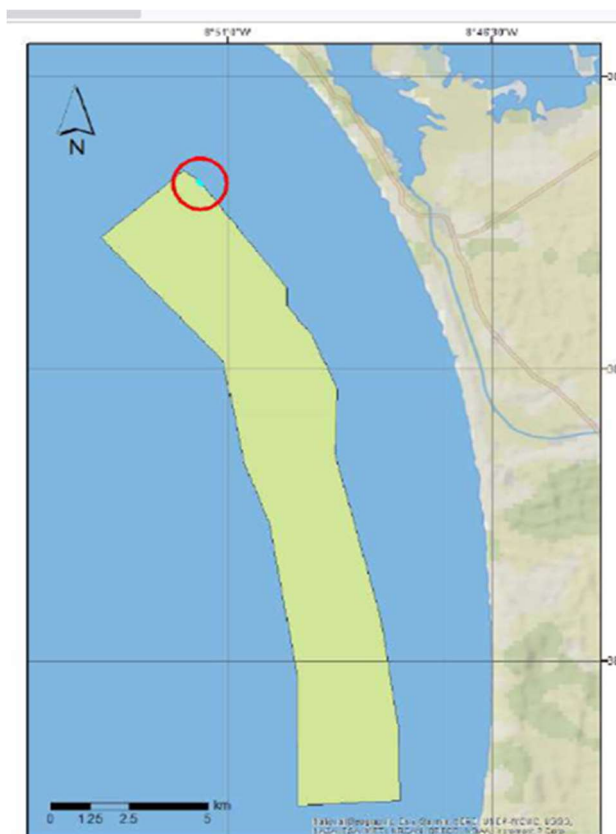


Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No entanto, a evolução deve somar e não subtrair. Não pode por isso sobrepor-se a atividades que tem relevância cultural, social, mas também económica para o concelho.-----

Exemplificativo dessa importância, é o facto de a delegação do Centro e Sul da Docapesca, que inclui os portos de Sesimbra, Setúbal e Sines (aqueles cujas embarcações operam maioritariamente nas áreas do TUPEM em questão) transacionou nos últimos 3 anos um volume anual acima das 35 mil toneladas, o que representou um valor de vendas entre os 53 e os 59 milhões de euros. Sesimbra, tem tido presença permanente num dos lugares do pódio da tabela nacional quer em volume, quer em valor de pescado transacionado em lota. -----

A atribuição de um Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional que irá, no caso do Edital lançado pelo BOTL, vedar o acesso a uma das mais importantes zonas de pesca numa área extensa (que numa segunda fase se pode estender por 52km² – imagem abaixo) não pode ser feita de animo leve e sem uma formal e séria avaliação de impacto ambiental, social e económico. -----



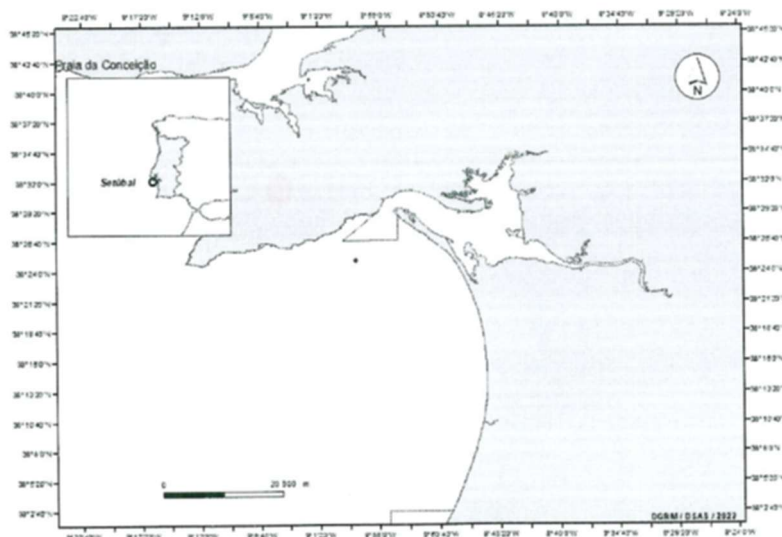
-----Também a possível descarga de 60.000m³ de dragados (com contaminação leve ou vestigiária de metais pesados e compostos orgânicos) terá um impacto na fauna e na flora marinha que não pode ser

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

desprezado, e que se estenderá por uma área muito maior do que aquela a que diz respeito o TUPEM (abaixo).-----



-----Um aspeto paralelo, mas ainda assim relevante, e que não pode deixar de ser relevado, prende-se com o período escolhido para o lançamento do edital e o prazo atribuído para a discussão pública. Num dos casos (BOTL), o edital foi lançado em pleno mês de agosto e apenas durante 10 dias úteis, sem nenhuma divulgação para além do site da DGRM, o que é absolutamente inadmissível e contrário ao devido e necessário escrutínio público.-----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida no dia 30 de setembro de 2022, recomenda que seja promovida uma revisão à forma como são lançados os EDITAIS tendo em vista a atribuição de Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM) com impactos relevantes em termos ambientais, culturais e económicos sem a realização de um estudo de impacto sobre essas 3 vertentes. Considerando, que não é admissível, que decisões com impacto relevante não sejam alvo de uma ampla e informada discussão pública, em moldes completamente diferentes daqueles que hoje são aplicados para este tipo de atribuições.-----

-----Dar conhecimento:-----

Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra da Agricultura e da Alimentação, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro da Economia e do Mar, Sr. Secretário de Estado do Mar, Sra. Secretária de Estado das Pescas, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM); Associações e Organizações de produtores do sector das pescas dos portos de

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra, Setúbal e Sines; Docapesca; Câmara Municipal de Sesimbra; Conselho Municipal de Pesca; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Comunicação social local e regional.”-----

-----**O Presidente** deu seguimento ao PAOD com a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra** com o título: **“Para melhorar a oferta em carregamentos de veículos elétricos no nosso Concelho - Mobilidade elétrica”**, que a seguir se transcreve:-----

-----“O MSU ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra, apresenta a seguinte recomendação que visa melhorar a oferta em postos de carregamento para veículos elétricos no nosso concelho. -----

-----São cada vez mais os utilizadores de veículos elétricos. -----

-----Quando pesquisamos os postos de carregamento temos indicação da existência e localização de postos de carregamentos para 12 veículos em todo o concelho (fonte:www.mobie.pt). -----

-----A característica do nosso parque habitacional não permite que todos os nossos residentes consigam carregar os veículos pelos seus próprios meios.-----

-----Os nossos visitantes têm que definir as suas rotas, fazer as previsões e as estimativas dos tempos e das distâncias para viajarem com tranquilidade. Sesimbra é uma referência turística, não podemos deixar que nos deixem de visitar por ausência de postos de carregamento. Sesimbra é como todos sabemos um local “fim de linha” geograficamente, o que por si só dificulta este processo. -----

-----É fundamental identificarmos espaços públicos para colocação destes equipamentos, estrategicamente bem posicionados. A CMS poderia rentabilizar estas cedências com a aplicação de uma taxa de ocupação do espaço (semelhante à das “esplanadas”) que poderia até ser acrescida (caso fosse decidido nesse sentido) por uma taxa suplementar a partir de um determinado nível de rendimento da empresa exploradora.-----

-----Para segurança de todos é também aconselhável que os carregamentos de veículos sejam apenas efectuados em locais autorizados e seguros para o efeito. -----

-----Proposta para deliberação: -----

-----Recomendação à CMS para abertura célere de um concurso público para a concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no nosso Concelho (focados na defesa do nosso comércio tradicional e património cultural). -----

-----Atendendo à evolução tecnológica expectável sugere-se que esta concessão tenha um limite temporal podendo ser prorrogável. -----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Esta recomendação se for aprovada deverá ser publicada no boletim municipal, na comunicação social local e distrital, bem como ser dado conhecimento a todas as Assembleias de Freguesia do nosso Concelho. -----

-----Sesimbra, 30 de Setembro de 2022 -----

-----Grupo Municipal MSU – Movimento Sesimbra Unida”-----

-----Foi cedida a palavra ao proponente, **Deputado João Castanho**, que começou por dizer que esta recomendação visava melhorar a oferta em postos de carregamento para veículos elétricos no Concelho. O Concelho de Sesimbra tinha cerca de 53.000,00 habitantes e era um território muito procurado, sendo necessário acompanhar o crescimento e desenvolvimento a nível das infraestruturas. -----

-----Neste momento, e como já tinham abordado aqui, havia vários problemas que estavam identificados, mas para os quais não existia solução a curto prazo. Tudo vinha levando muito tempo. Exemplo disso era as acessibilidades, a oferta hospitalar e a oferta escolar, que estavam sempre em foco e nesta Assembleia estava sempre em debate, mas estavam sempre à espera. -----

-----A recomendação que traziam surgia no sentido de tentar evitar que nesta área da mobilidade elétrica também ficassem atrasados, quer fosse perante os concelhos vizinhos, quer face aos concelhos de concorrentes no turismo. -----

-----Disse ser cada vez mais os utilizadores de veículos elétricos. 10% dos veículos novos vendidos em 20-22 eram elétricos. Estavam a alterar o paradigma do parque automóvel, e quando pesquisavam os postos de carregamento, havia indicação da existência e localização de postos de carregamento para 12 veículos em todo o Concelho. Não tinham a certeza de que este número estivesse atualizado, mas, mesmo que na realidade fosse ligeiramente superior, seria sempre insuficiente perante as necessidades expectáveis. -----

-----Referiu que Mobi.e era um instrumento Público para o desenvolvimento da modalidade sustentável, uma empresa pública que assumia as responsabilidades de gestão e monitorização da rede de postos de carregamento elétricos. Portanto, à partida, estes dados estariam corretos. -----

-----A característica do parque habitacional não permitia que todos os residentes conseguissem carregar os veículos pelos seus próprios meios. Não podiam agradar a todos, mas tinham a obrigação de dar soluções razoáveis e equilibradas. Os visitantes tinham de definir as suas rotas, fazer as previsões e as estimativas dos tempos e das distâncias para viajarem com Tranquilidade. Sesimbra era uma referência turística e não podiam deixar que parassem de visitar por ausência de postos de carregamento. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sesimbra era, como todos sabiam, um local fim de linha geograficamente, o que por si só dificultava este processo. Os visitantes, quando chegavam ao território, tinham de saber que tinham soluções. Era fundamental identificar espaços públicos para colocação destes equipamentos, estrategicamente bem posicionados. A Câmara Municipal de Sesimbra poderia rentabilizar estas cedências com a aplicação de uma taxa de ocupação do espaço semelhante à das esplanadas, ou outra, que poderia até ser acrescida caso fosse nesse sentido, por uma taxa suplementar a partir de um determinado nível de rendimento da empresa exploradora, sendo que isto era feito em alguns concelhos a nível nacional. Para segurança de todos era também aconselhável que os carregamentos de veículos fossem apenas efetuados em locais autorizados e seguros para o efeito. -----

-----Disse que a proposta para deliberação era recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra a abertura célere de um concurso Público para a concessão do direito de uso privativo de espaço Público para a exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos, de acesso Público, no Concelho, focados na defesa do comércio tradicional e património cultural. -----

-----Não podiam ou não deviam deixar que os grandes centros comerciais e os grandes supermercados fossem a única oferta. Tinham a obrigação de defender o comércio, a restauração e o património, e, atendendo à evolução tecnológica expectável, sugeria-se que esta concessão tivesse um limite temporal, podendo depois ser prorrogável. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que referiu não ser muito discutível este propósito de haver mais carregadores elétricos em tudo o que pudesse ser disponibilizado para este tipo de viaturas. Como se referia no texto, havia cada vez mais viaturas que precisavam de carregamento, e, portanto, havia muitos problemas a resolver, nomeadamente, desde o fabrico de baterias a carregamento das mesmas, sendo que havia muita coisa para discutir. De qualquer forma, à semelhança daquilo que acontecera com a recomendação das Áreas de Serviço de Autocaravanas, faria algum sentido que este assunto pudesse ser um pouco aprofundado em sede da Comissão 6. A versão original da recomendação das autocaravanas também propunha uma série de soluções que depois, em discussão nas comissões 2 e 4, com o executivo presente, se tinha vindo a perceber que não era exatamente assim, sendo que esta situação era um pouco semelhante. Neste sentido, propunham que o proponente da recomendação concordasse em baixar esta à Comissão 6, até porque, na verdade, o benefício do próprio texto, se calhar, iria acontecer sempre porque haveria mais informação que poderia ser acrescentada. -----

-----Por fim, referiu que, no mandato anterior, tinha havido uma recomendação apresentada pelo Vereador do Partido Socialista, Américo Gegaloto, que propunha exatamente que nas construções das

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

novas vivendas houvesse instalações para carregamento de baterias. Neste sentido, aproveitavam esta ocasião para perguntar se isso já existia de alguma forma regulamentado ou explanado em alguma norma do Município.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Germano Barros** que cumprimentou todos os presentes e, em relação à moção, disse ser claro que estavam de acordo com a ideia de aumentar o nível de postos de carregamento. No entanto, ao nível da sua forma, quando se falava em 12 postos em todo o Concelho, achava que o que aparecia no site www.mobie.pt era os postos disponíveis neste preciso momento, ou seja, se calhar, a capacidade podia ser 15 ou 20, não sabia, mas considerava ser importante verificar exatamente qual era a capacidade instalada e não a capacidade disponível no preciso momento. -----

-----Relativamente à parte onde se lia: *“Sesimbra é como todos sabemos o local fim de linha”*, disse que só se fosse por causa da pesca, porque considerava que a Vila de Sesimbra podia ser um local periférico, mas não se podiam esquecer da Quinta do Conde que era um local bastante central e todos tinham de reconhecer. Acrescentou que havia sempre a tendência de considerar Sesimbra como um todo, mas em Sesimbra havia 2 entidades diferentes, nomeadamente, a Vila de Sesimbra que era turística e era um local periférico, e a Quinta do Conde, que era um local central. Tinham sempre de fazer essa distinção, sendo que, no início do documento se fazia referência ao Concelho e depois a Sesimbra. Neste sentido, supunha que se estava a falar da Vila de Sesimbra, porque a Quinta do Conde era Central. -----

-----Relativamente à parte onde se lia: *“A CMS poderia rentabilizar estas cedências com a aplicação de uma taxa...”*, disse julgar que já se estava a fazê-lo através dos postos de carregamento que estavam disponíveis na Vila de Sesimbra. Achava que já existia uma taxa e não era preciso inventar uma nova taxa. -

-----Por fim, disse concordar com o Deputado Paulo Caetano, se o MSU assim entendesse, que podiam baixar esta proposta à Comissão 6 para melhoramento. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Pólvora**, Presidente da junta de Freguesia da Quinta do Conde, que cumprimentou todos os presentes e disse querer deixar aqui o seu testemunho pessoal como Presidente da Junta de Freguesia, sendo que lhe cabia sobre este assunto perceber o que é que se passava no mercado. Referiu que tinha tido uma reunião com 2 operadores e que ambos tinham apresentado uma situação idêntica, que se traduzia no pressuposto de que a Junta de Freguesia pagasse um valor para explorar o posto de abastecimento elétrico, ao que havia respondido que, já que isto era tão interessante, porque é que não faziam ao contrário, ou seja, as juntas cediam o espaço e as entidades exploravam, ao que lhe haviam respondido que a Quinta do Conde tinha um grande problema, que era ter muitas grandes superfícies, sendo que estas tinham o direito de ter lá automaticamente estes postos. --

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que a CDU também solicitava ao proponente desta recomendação que a baixasse à Comissão 6, porque havia algumas dúvidas legislativas e também para ter em consideração a informação dada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de que os supermercados tinham por direito próprio instalar postos de carregamento elétrico. -----

-----Concordavam com este documento de facto, e era necessário que houvesse mais oferta de carregamento para veículos elétricos, mas era um documento que devia ser melhorado e trabalhado à semelhança daquilo que o Deputado Paulo Caetano havia dito sobre as ASA'S e sobre alguns documentos que haviam baixado às comissões e que hoje tinham vindo a plenário, tendo sido aprovados por unanimidade.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que disse não querer discutir a questão dos supermercados, porque, no fundo, estes tinham a exploração num espaço que era deles, assim como as pessoas podiam ter também um espaço de carregamento dentro das suas casas, provavelmente, dentro daquilo que era a exploração, eles também podiam ter, assim como já tinham bombas de gasolina que obedecia a outro tipo de licenciamento. -----

-----Disse também considerar que este documento devia baixar à Comissão porque existiam outros problemas que tinham a ver até com a própria localização, porque não era só dizer: *“é ali naquela esquina que a gente vai pôr”* e depois não tinham eletricidade que lá chegasse, portanto, haveria que dosear e ter em atenção um conjunto de necessidades que era preciso reunir para que isto efetivamente conseguisse funcionar. Assim, deveria baixar à comissão para poder ser produzido um documento que tivesse alguma coerência e alguma adaptabilidade à realidade que existia.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que disse ter acabado de enviar para a Assembleia Municipal, assim como tinha feito no final do mandato passado, e aos membros do executivo, o levantamento dos locais que já tinha sido efetuado no plano de mobilidade elétrica da Arrábida, um consórcio feito também com o ENA, a exemplo do feito com o PLAC, que havia realizado o levantamento para Sesimbra, Setúbal e Palmela dos locais existentes. Acrescentou que não tinha a ver só com os locais estratégicos, mas também com a proximidade da rede, com a potência da rede e com a possibilidade de instalação de postos rápidos e semirrápidos. E, portanto, esse levantamento estava efetuado e tinha sido enviado agora para Assembleia. Acrescentou que concordava plenamente que o documento pudesse baixar à comissão. -----

-----Sobre a questão das grandes superfícies comerciais, disse não ser indissociável da proposta à época apresentada pelo Partido Socialista, com a qual haviam concordado e votado favoravelmente.

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Tinha havido também sugestão da Câmara Municipal para que as superfícies comerciais instalassem postos de carregamento elétrico, e, se fossem ver neste levantamento do plano de mobilidade elétrica, particularmente nos anexos, referia que em 2019 havia 2 ou 3 postos no Concelho, e o aumento que houve era proveniente dos postos que tinham sido instalados nas superfícies comerciais, por iniciativa própria ou por sugestão do município. -----

-----Referiu que em loteamentos e condomínios, o regulamento municipal não previa e não tinha havido alteração ao regulamento municipal, e vinha sendo sugerido em todos processos de loteamento ou condomínios, os novos particularmente, porque de resto estavam a falar de alterações ao loteamento por iniciativa de um proprietário de um lote ou 2, e vinha sendo acatado por todos os promotores também a instalação de postos de carregamento elétricos. -----

-----Disse que o Município vinha recebendo um conjunto de promotores que não pediam dinheiro à Câmara, até pelo contrário, uns sugeriam um pagamento ao fim de x anos, outros sugeriam uma participação logo no início. Portanto, o entendimento era que tinha de ser feito de facto um concurso Público. Havia localizações apetecíveis e outras menos apetecíveis na lógica da abrangência que se tinha de ter por todo o Concelho. A opinião que estava generalizada era que se fizessem concursos por lotes para abranger as zonas mais apetecíveis e zonas menos apetecíveis, e tinham aqui quase “um elefante na sala” que se chamava marginal de Sesimbra, porque era uma zona concessionada e, portanto, não se podia concessionar sobre uma zona concessionada, a não ser que a Câmara fizesse um resgate de lugares de estacionamento concessionados. -----

-----Neste sentido, estavam a trabalhar também com o concessionário, a Dornier, no sentido de poderem transformar 6 lugares de estacionamento tarifados em 6 lugares de carregamento elétrico, que também já estavam identificados e faziam exatamente parte desta identificação quais seriam os lugares, com a nuance que de só podia ser autorizada a passagem a lugares para viaturas de carregamento elétrico pelo período de concessão do estacionamento, porque não podiam concessionar em cima de uma outra concessão. -----

-----Referiu que, nesta altura “do campeonato”, já gostariam de ter lançado o concurso, e já tinham falado sobre isto numa reunião de câmara, mas não vinham conseguido por debilidade e insuficiências dos próprios serviços municipais, particularmente a Divisão de Assuntos Jurídicos que tinha em linha de espera numa série de processos, entre os quais o concurso de publicidade para todo o Concelho, que era de uma dimensão ainda maior e não conseguiam ainda implementar. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que tinha havido um conjunto de propostas e de sugestões e que o único posto que estava instalado no espaço Público era um posto da própria mobi.e de uma candidatura da própria, sendo que esta havia feito uma instalação à época articulado também com o concessionário que tinha a concessão daqueles lugares de estacionamento junto ao Estádio da Vila Amália de um concurso para municípios que ainda não tinha sequer um posto de carregamento em locais públicos. Acrescentou que iriam ter agora um próximo também de uma iniciativa da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida, no parque Augusto pólvora, no âmbito destas obras que estavam a ser implementadas, portanto, iriam aguardar para ver se conseguiam lançar o procedimento por lotes.-----

-----Concluiu dizendo que considerava que deveriam analisar o documento até porque grande parte das questões colocadas já estavam identificadas e levantadas. O diagnóstico estava feito e existiam sugestões de modelos de negócio que o próprio plano de mobilidade elétrica apontava que a Câmara podia escolher qualquer um deles, inclusive de ser a própria Câmara a dinamizar o processo de aquisição e depois só dar a exploração do fornecimento de energia. Portanto, era uma apreciação que a Assembleia Municipal podia fazer e até ajudar ao colaborar com a Câmara na definição daquilo que viesse a ser o procedimento de concurso. -----

-----Usou da palavra o **Deputado João Castanho** que, em relação à observação do Deputado Germano Barros, disse que efetivamente o documento tinha sido construído para o Concelho e que o parágrafo com o termo “fim de linha”, se calhar não tinha sido feliz, mas pensavam no Concelho, inclusive na Quinta do Conde que tinha a vantagem de estar numa zona central com oferta ali à volta, mas havia pessoas da Quinta do Conde que os haviam procurado e solicitado que intercedessem para que tivessem postos, mas não se podia pôr postos à porta das pessoas, daí a escolha dos espaços estratégicos que satisfizesse o maior número de pessoas.-----

-----Disse que no Castelo isso também acontecia, portanto, havia muitas moradias e as pessoas podiam ser autossuficientes, fazendo a instalação e usando o próprio carregador em casa e conseguirem controlar com alguma calma, mas na Vila de Sesimbra já não seria bem assim. De qualquer modo, concordava com tudo aquilo que tinha sido dito, portanto, podiam fazer em conjunto, um documento mais robusto, à semelhança daqueles que tinham sido efetuados anteriormente por entre a maior parte dos documentos apresentados. -----

-----Por fim, sugeriu que, entre as comissões, além da 6 baixasse também à Comissão 1 para preparar documento da melhor forma e depois apresentá-lo para ser validado.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse perceber perfeitamente a sugestão de baixar a Comissão 1, sendo que o proponente da recomendação não fazia parte da Comissão 6, e, portanto, achava que fazia todo o sentido, porque, embora pudesse estar presente na reunião da Comissão 6, não teria direito a voto.-----

-----De seguida, Com a presença da totalidade dos eleitos (24), a Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou **por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar às Comissões “1” – Líderes dos Grupos Municipais e “6” – Transportes, Mobilidade e Segurança, a Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Para melhorar a oferta em carregamentos de veículos elétricos no nosso Concelho - Mobilidade elétrica”**-----

-----Logo após o Presidente deu continuidade ao PAOD com a Recomendação **“Circulação de viaturas pesadas na rua 4 de maio”**, do GM do BE, que abaixo se transcreve:-----

-----*“Nesta Assembleia, já foi por diversas vezes debatido o constrangimento relativo à circulação de veículos pesados de, e para o porto de pesca de Sesimbra. Existe um elevado consenso sobre a necessidade de criar uma alternativa, sendo a variante rodoviária ao porto apontada como a solução ideal. --*-----

-----*No entanto, essa concretização não tem sido entendida pelos governos nacionais como uma prioridade e o problema mantêm-se ou piora em função do aumento do fluxo de viaturas. -----*

-----*Mesma que a situação se inverta e esta obra seja aceite como prioridade, a sua concretização irá sempre demorar anos a estar concretizada no terreno. Mas, as operações de movimentação de pescado desde o porto mantêm-se, e esperemos que se mantenham a bom ritmo, diariamente. -----*

-----*Nesse sentido, existem algumas intervenções de menor escala que permitirão diminuir alguns dos constrangimentos existentes, muito embora não resolvendo a questão de fundo, que passa pela criação de uma via alternativa, para a circulação de viaturas pesada. -----*

-----*Uma dessas intervenções passaria pelo alargamento da via circulável da Rua 4 de maio. Atualmente, sobretudo nas zonas de curva, é evidente que a via não tem largura suficiente para comportar o cruzamento entre 2 viaturas pesadas, ou entre um pesado e um ligeiro de mercadorias. Mesmo com um ligeiro de passageiros o espaço é limitado, sobretudo nas curvas, devido ao angulo de curvatura dos pesados. Uma viatura pesada, do tipo semirreboque ou porta-contentores, quando obrigada a parar, na Rua 4 de maio, durante a sua marcha ascendente, deixa de conseguir terminar a escalada da rua. O que além de criar constrangimentos à circulação, são geradores de manobras que se podem tornar perigosas. -----*

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A limitação da via é um constrangimento ainda maior na época estival, onde além de um maior fluxo de viaturas, os estacionamento existentes, nessa rua, são motivo de constrangimento, pois para estacionar na via inclinada e subir o passeio, as viaturas são obrigadas a parar, e os pesados em circulação também.-----

-----A forma desregrada e selvagem como é exercido o estacionamento ao longo da Rua Eng. Eduardo Pereira, é outro dos constrangimentos facilmente identificável no período do verão. Neste caso, a questão da segurança também é muito relevante pois os peões são obrigados a circular na via rodoviária. Este aspeto, será minimizado pela criação da passagem pedonal, mas o alargamento da via, e a organização dos estacionamento ao longo dessa via também deviam ser repensados.-----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 30 de setembro de 2022, recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra, que proceda a avaliação e estudo de intervenções que possibilitem uma melhoria da circulação de viaturas pesadas na rua 4 de maio, tendo em vista a implementação dessas intervenções antes do verão de 2023.-----

-----Depois de votada deve ser dado conhecimento desta recomendação: -----

- Delegação de Sesimbra da Docapesca; -----
- Administração dos Portos de Sesimbra e Setúbal; -----
- Conselho Municipal de Pesca; -----
- Associações e Organizações de Produtores de pesca de Sesimbra; -----
- Associação de Comerciantes de Pescado (ALIF/ACOPE).” -----

-----Cedeu em seguida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** para a apresentação do documento, que começou por dizer que esta Assembleia já por diversas vezes havia debatido e já tinha deliberações tomadas sobre o constrangimento que existia na circulação Rodoviária de viaturas pesadas na sede do Concelho, e existia algum consenso sobre a solução a tomar, mas a verdade era que vinha sendo difícil a sua concretização, tendo deixado de fazer parte até dos investimentos previstos para o Concelho, a criação da variante ao Porto de abrigo. Mas, ainda assim, acreditava que mesmo que essa solução viesse a ser concretizada, até à sua concretização demoraria sempre um período de tempo relativamente extenso e a verdade era que a necessidade mantinha-se, pelo que a recomendação vinha no sentido de tentar fazer ou estudar algumas soluções que, não sendo soluções definitivas, pudessem facilitar ou contrariar alguns dos constrangimentos que existiam neste acesso, sobretudo na Rua 4 de Maio, que era uma rua relativamente estreita que já neste momento não permitia o cruzamento de 2 viaturas pesadas de maior dimensão, nomeadamente porta-contentores ou semi-reboques frigoríficos.-----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que esta dificuldade já tinha sido aqui debatida, sendo que até já tinha trazido cá esse assunto também relacionado com os momentos em que existia mais pluviosidade, em que existia menor aderência de viaturas que tinham dificuldade em subir, mas tinha-se vindo a verificar que em momentos de maior fluxo rodoviário, mesmo de viaturas ligeiras que, mesmo com condições atmosféricas ótimas, continuava a levar a constrangimentos. Bastava perceberem ou imaginarem aquilo que estava aqui descrito também nesta recomendação que se uma viatura com a tipologia já enunciada parasse a meio daquela subida com inclinação, por haver uma viatura ligeira que estava a estacionar ou qualquer coisa, já não conseguia retomar a marcha e vencer toda a ladeira. Nesse sentido e porque existia lá algum espaço, faziam esta recomendação, sendo que também não sabiam se a propriedade dos passeios que lá existiam já eram públicos. -----

-----Esta proposta era sobretudo no sentido de a Câmara Municipal e os serviços estudarem a possibilidade de fazer algum alargamento nesta via que permitisse que estes constrangimentos, pelo menos estes, deixassem de existir, reafirmando aquilo que dizia desde o início, que obviamente isto não era a solução do problema, porque aquilo não era uma estrada que tivesse condições para ter o fluxo de viaturas pesadas que tinha atualmente. Mas, a verdade era que este constrangimento condicionava o fluxo que existia naquele que era o Porto com maior volume de descarga de pescado do país nos últimos anos. --- -----

-----Por fim, disse que acreditava que estas melhorias podiam ser estudadas e concretizadas relativamente a breve trecho, que no documento era apontado como até ao próximo Verão, a poder fazer algumas destas intervenções que eram “relativamente pequenas”, mas que podiam ajudar a melhorar a circulação rodoviária das viaturas pesadas e não só, mas sobretudo das viaturas pesadas. -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que referiu que, como bem tinha dito o proponente da moção, uma situação destas tinha de ser estudada e avaliada. A rua apresentava diversas dificuldades e o problema era conhecido por todos, mas achava que, à semelhança das outras, esta era uma solução que eventualmente ganhava muito se baixasse à respetiva comissão, neste caso, à Comissão 6 e eventualmente, à 1, mas pelo menos à 6 fazia sentido baixar porque podia haver uma melhoria do documento e tornar-se numa proposta eventualmente mais concreta sobre a qual beneficiassem todos. Esta era a proposta que faziam, porque achavam que muito fácil de se falar e, numa situação destas, a recomendação devia ser um pouco mais concretizada e mais detalhada. -----

-----Usou da palavra o **Deputado João Castanho** que disse que a Rua 4 de Maio não era só difícil para 2 carros pesados, sendo que havia alturas do ano em que nem 2 ligeiros lá conseguiam passar e era um



Assembleia Municipal de Sesimbra

desafio, porque eram centenas de carros estacionados ali no Verão, estando as pessoas habituadas a descer pelo castelo para ir para a praia. Portanto, tinham de pensar que para libertar esse espaço, perdia-se muitos lugares de estacionamento e não havia solução, portanto, tinha de ser uma solução mais estruturada, mais pensada e saber onde é que essas pessoas poderiam parar os carros, se não estariam a prejudicar nessa medida, embora a distribuição fosse necessária e tivesse de passar por ali porque também não havia alternativas, portanto, era um problema sobre o qual a solução deveria ser muito complexa. -----

-----Interveio o **Deputado Carlos Oliveira** que começou por dizer que podiam analisar isto na Comissão 6, inclusivamente, ter o apor da Câmara Municipal, sendo que já podia estar pensada ou estudada uma solução para esta rua que seria interessante também conhecer, e poderia também surtir uma proposta interessante da Assembleia Municipal. Contudo, uma solução diferente desta Rua, que era bem pior, era continuar até ao fim e subir aquela estrada que vinha por trás da Ribeira do Cavalo, que era a única saída. -----

-----Disse que haveria que se encontrar uma solução intermédia para resolver este problema, porque se continuassem a ter cada vez mais carga e mais pescado e mais movimento, não vinham carros pequenos, vinham carros pesados, e especialmente atualmente já com contentores frigoríficos e que a única saída era por ali. Acrescentou que não podiam metê-los no meio da Vila porque chegavam à Fortaleza e não passava lá ninguém. -----

-----Concluiu dizendo que se devia estudar, mas, para já, com aquela ideia de que a solução não iria ser fácil para resolver definitivamente esta questão. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse que, perante esta recomendação, à partida o sentido de voto seria favorável e não iriam sugerir que baixasse à Comissão porque, na verdade, a recomendação não apontava soluções, mas recomendava que se estudassem essas soluções que todos reconheciam que seriam muito complicadas, mas também aquilo que existia era mais do que complicado, era complicadíssimo de qualquer forma. Acrescentou que não se opunham de maneira nenhuma a que a recomendação baixasse à Comissão desde que o proponente concordasse também, embora esta recomendação não apontasse soluções, mas recomendasse que o município as procurasse no mais breve espaço de tempo possível, idealmente até ao próximo Verão. -----

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que disse ser fácil apresentar uma recomendação dizendo que se pensasse numa solução, mas de facto, como todos tinham visto aqui, a solução existia e estava estudada, estava orçamentada, estava desenhada e projetada há muito tempo e era a única viável. Não

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

havia volta a dar. Acrescentou que podiam procurar mitigar alguma coisa, que também não sabia muito bem como, mas achava que era de dar uma oportunidade explorar esse caminho, porque uma solução qualquer pela Rua 4 de Maio implicaria provavelmente eliminar passeios e expropriar, o que à partida também não seria muito fácil. Neste sentido, achava que, ao invés de não se propor nada, fazia todo o sentido e era muito mais útil a esta casa da democracia aprovar um documento que apontasse num determinado caminho e que se trabalhasse e explorasse a viabilidade em conjunto em vez aprovar por aprovar.-----

-----Disse achar que não havia ninguém neste Concelho, mesmo quem tivesse vindo morar há pouco tempo, que não reconhecesse este problema e que não quisesse uma solução para este. A única coisa que lamentavam era que a única entidade que podia resolver esta questão ainda não a tivesse resolvido, mas, se calhar, também tinham um papel muito importante a fazer nesse sentido, que era continuar a pressionar e exigir que essa via fosse construída, porque de facto era a única solução a esse problema. -----

-----Interveio novamente o **Deputado Paulo Caetano** que referiu que a alternativa que tinha sido estudada e orçamentada tinha reprovado em sede de avaliação ambiental, e, portanto, tinham um problema duplamente grave aqui para resolver, tinham de ter muita criatividade e eventualmente alguma cedência. Não estava a colocar em questão que não fosse a melhor alternativa, mas havia esse problema acrescido.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que referiu que, sensivelmente um ano após o início do mandato, e com as démarches que tinham sido feitas, infrutíferas e sem resultado, neste momento tinham uma nova correlação de forças, um novo Governo, e, para si, seria de esperar, fazendo *mea culpa* por não o ter sido feito pela Câmara, mas o peso da Assembleia Municipal, salvo melhor opinião, era muito maior do que o da Câmara, que voltassem à carga sobre um projeto e um processo que era estruturante para Sesimbra. -----

-----Disse que tinham apresentado soluções para que fosse feita parcelarmente com ligação ao Zambujal com 5 ou 6 milhões de euros, o que evitaria entrar no troço que tinha tido um parecer desfavorável em sede de estudo de impacto ambiental. Era uma situação que neste momento, na proposta que tinham feito à Administração Central, manifestando desde logo por parte da Câmara Municipal de Sesimbra disponibilidade para ser esta a tramitar esta operação por questões de celeridade e com uma estimativa muito incipiente, estavam em crer que entre 5 a 6 milhões, que era o valor que iriam pagar só para a primeira fase da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, que, face ao peso do Porto de Sesimbra, não era de todo um ónus para a administração central tendo em conta que se

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mantinha no plano nacional de Investimentos 20-30, a variante ao Porto de abrigo. Isto significava que se mantinha como prioridade de investimento, e, embora não tivessem conseguido colocá-la no PRR, podia estar perfeitamente no Orçamento de Estado. Acrescentou que, sabendo que os fundos comunitários e particularmente os Fundos Estruturais não financiavam a rodovia, teria de ser eventualmente pelo orçamento do Estado, e isto seria, salvo melhor opinião, o fundamental para neste momento, irem “à carga”. -----

----- Quanto à questão da Rua 4 de Maio, disse haver vários troços na Rua 4 de maio e havia o troço da Rua Eduardo Ribeiro Pereira e que esta última era um problema. Como sabiam, a CM tinha feito uma candidatura recentemente e a revisão do projeto tinha sido entregue há uma semana e tentariam lançar nos próximos dias o concurso Público para a construção do passadiço sobrelevado. Mas todo esse troço de via até ao final do Porto de Sesimbra ainda hoje era uma estrada nacional e não municipal, sendo que não tinha passado para a gestão do município e nem sequer conseguiam intervencionar sem autorização das Infraestruturas de Portugal. Era um problema também numa segunda dimensão, porque, contrariamente àquilo que muitas vezes se ouvia na opinião pública e que diziam ao próprio, nomeadamente, que a Câmara tinha, de certa forma, sugerido às forças de segurança alguma condescendência relativamente ao estacionamento, era exatamente o contrário. Aquilo que o Presidente da Câmara pedia era que houvesse mão pesada relativamente ao estacionamento, particularmente em zonas como aquelas que tinham sido aqui referidas. -----

-----Disse perceber que não havia alternativas e tinham de ser também sensíveis a isso. Não havia ainda alternativas face ao número de viaturas e a operação dos transportes públicos também estava na situação que era conhecida, que podia ser uma boa solução esperar que melhorasse, mas efetivamente esse troço era um problema porque as pessoas estacionavam completamente dentro do eixo da via. -----

-----Referiu que a Rua 4 de Maio tinha dois troços, sem ir quase até à alfarrobeira, que era outro dilema, sendo que já haviam proposto realizar a obra desde que esta fosse aprovada pelas infraestruturas de Portugal. Disse haver o pequeno troço entre a rotunda junto ao posto da GNR e aquelas 2 curvas (curva e contracurva) antes de chegar à reta do Hotel Four Points. Antes do hotel e até ao final do entroncamento era muito difícil haver um alargamento, até porque isso significaria retirar muros, retirar passeios ou retirar estacionamentos que já existiam. Até aí era possível eventualmente estudar-se o alargamento, mas sugeria que tivessem 2 coisas em mente, nomeadamente, que o objetivo que a Câmara teria para aquela via, que era estritamente urbana dentro de uma malha urbana, era criar condições de segurança para os utentes e para os peões, mais do que criar condições de segurança para a circulação

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

automóvel. Acrescentou que tinham mais dificuldade neste momento em justificar porque é que não tinham um passeio naquele primeiro troço, entre o posto da GNR e o passeio existente junto ao Hotel Fourpoints, do que propriamente alargar a via para passarem 2 viaturas, sabendo que com o estacionamento que lá existia e que se o retirassem seria outro peso de outro lado porque não existia alternativa. Se retirassem esse estacionamento, seria mais difícil encontrar soluções, e esse próprio estacionamento era sempre uma dificuldade porque criava ali uma série de interseções e de atrasos para a via. -- -----

-----Neste sentido, o caminho que preconizavam era exatamente o contrário, focar naquilo que era o fundamental e o essencial, nomeadamente, a variante, e achava que isto era transversal a todas as forças políticas. Acrescentou que muitas das vezes não tinham a força necessária para fazer uma magistratura de influência, em sede da Assembleia da República também, para que isso pudesse ser uma realidade. Estavam a falar em 5 ou 6 milhões de euros para mitigar um problema e devolver à rua 4 de Maio aquilo que efetivamente era, ou seja, uma rua de malha urbana que confluísse entre estacionamento, acesso a habitações e a prédios, estacionamento e passeio. -----

-----Referiu que, a segunda dimensão dizia respeito ao troço mais sensível da primeira curva e contracurva, em que a Câmara já tinha tido o projeto de um passeio de regularização do estacionamento e o proprietário não havia autorizado, dizendo que se a Câmara quisesse teria de abrir um processo expropriativo, coisa que sempre haviam evitado. Acrescentou que o proprietário tinha uma boa relação com a Câmara de Sesimbra, mas obviamente estava a salvaguardar os seus interesses e até os percebia porque tinha solos com uma capacidade construtiva relativamente alta, e se provavelmente nascesse ali alguma coisa teria interseções também para a via. -----

-----Referiu ainda que já tinham tido um projeto aprovado e o lançamento de um concurso dinamizado para construir o passeio nesse troço e regularizar o estacionamento, e o proprietário do terreno não havia autorizado. Disse que até recentemente para fazer uma caixa para a conduta de águas tinha sido uma carga de trabalhos e um problema que ainda hoje não sabia se iriam meter a Câmara em Tribunal, sendo que esta tinha ido lá um bocado “à má fila” para resolver o problema. -----

-----Disse que tinham um problema, porque por muito que quisessem estudar, neste momento não havia forma de o fazer. Contudo, já tinha sido feito um grande investimento lá e aquele piso era feito com uma mistura de basalto do mais caro que existia no mercado para evitar os problemas de derrapagem que era sempre um problema por causa do líquido que saía das viaturas. Estavam a fazer quase como se fosse uma pista de um aeroporto naquele troço, sendo que, por metro quadrado, devia ser a via mais

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

cara que tinham no Concelho, mas não via outra alternativa neste momento que era manter o foco naquilo que era fundamental, nomeadamente, arranjar uma solução, mesmo que a curto prazo de mitigação, que passava por fazer uma ligação ao zambujal pela plataforma existente apenas com uma nuance nas últimas nas últimas curvaturas que já tinha sido minimamente estudada, sendo que para haver mais maturidade também tinha de existir boa vontade do outro lado, para onde deviam, salvo melhor opinião, apontar baterias. -----

-----Por fim, disse que aquilo que a Câmara estudava era de facto uma via para transformar e regularizar estacionamento, regularizar acesso e passeios, porque também já tinha havido lá acidentes com peões, mas o que este documento recomendava era que a tornassem numa via mais aberta dentro de uma malha urbana, sendo completamente dissonante daquilo que era o objetivo. -----

----- Percebia obviamente o problema, porque muitas vezes tinham de abrir a marginal em sentido contrário quando chovia e tirar os pilaretes para que as viaturas pesadas fizessem aquela subida junto ao acesso do hotel do mar. Por esse facto, deviam evidenciar isto à tutela para arranjar essa solução. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que uma ideia não anulava a outra, até porque mesmo que se conseguisse avançar com a criação da variante, a sua concretização levaria algum tempo, não sendo uma coisa tão imediata. Disse perceber o compromisso relativamente ao estacionamento e à segurança dos peões, mas a verdade era que a situação que estava no terreno, em si mesma, também podia ser atentatória à segurança dos peões e das outras viaturas. Por exemplo, ainda há pouco tempo, por causa deste estrangulamento dos carros que se entrecruzavam, um camião subira ligeiramente um passeio rebentando um pneu, e a projeção que podia dar o rebentamento de um pneu de uma viatura pesada também podia ser perigoso, sendo que por acaso, nesta situação, tinha sido do lado do passeio, mas imaginando que estivesse alguém nesse passeio. -----

-----Relativamente às posições expressas sobre a possibilidade de baixar a Recomendação à Comissão, disse não ter nada a opor, sendo que a proposta estava aberta no sentido em que a Assembleia tinha o dever de fazer propostas e tentar apontar soluções para os problemas, mas não era o órgão executivo, e era nesse sentido que a recomendação não concretizava aquilo que se devia fazer. Mas se a Assembleia pudesse contribuir para encontrar uma solução juntamente com os serviços ou tentar melhorar esta proposta de forma a ser mais concreta, não tinha nenhum problema em que baixasse à Comissão. -----

-----Disse que o facto de o documento baixar à Comissão, e até pela proposta apresentada, podiam voltar a trazer à liça a proposta de aposta na variante, que ainda não tinha vindo neste mandato, até

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

reafirmando as alterações de traçado para que não chocasse com a avaliação ambiental que tinha reprovado aquele troço. Isso era outra coisa que podia resultar desta descida do documento à Comissão. Nesse sentido, nada tinha a opor que pudesse baixar à Comissão 6.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Paulo Caetano** com o intuito de reforçar que tal como mencionara o Deputado Carlos Macedo, que neste mandato não tinha havido nenhuma iniciativa no sentido de reclamar a construção da variante e havia a confirmação do Senhor Presidente de que continuava em PMI, sendo que não estava perdido de vez. -----

-----Disse que queria também reforçar o argumento de se mostrar que se havia tentado estudar alternativas e que nenhuma delas resolvia plenamente o problema. Nesse sentido, podia ser elaborado um documento onde fosse elencado uma série de alternativas avaliadas, estudadas e ponderadas que, na verdade, não resultavam, reforçando a necessidade de uma variante.-----

-----De seguida, colocado à Votação, a Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar à Comissão “6” – Transportes, Mobilidade e Segurança, a Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra sob o tema “Circulação de viaturas pesadas na rua 4 de maio”**. -----

-----Logo após o **Presidente** deu continuidade ao PAOD com a **Recomendação à Câmara Municipal subordinada ao título: “Paragens junto das escolas de Sampaio”**, cedendo a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** para a apresentação do documento. Este começou por dizer que este documento tinha a ver com a circulação rodoviária e, mais concretamente, com os transportes públicos junto ao complexo de escolas de Sampaio. No documento eram apontadas, sobretudo, 2 situações. Uma delas tinha a ver com a forma como estavam estruturadas as paragens, sendo que existiam várias paragens que achava que podia até existir alguma duplicação, mas que fazia com que se criasse algumas condições que podiam ser perigosas, sobretudo para os utentes, neste caso os alunos. No caso relatado, que havia tentado documentar também com algumas fotografias, existia um terminal que ficava junto à escola antiga, a C+S, a Escola básica 2,3 de Sampaio e a Escola Básica 1, 2 do Castelo, tinha sido eliminada a paragem que existia na entrada principal da Escola Básica 2, 3 de Sampaio, mas existiam umas paragens que já existiam, mas que tinham sido novamente reposicionadas na Avenida D. Manuel Martins, que era a avenida que ia desde a Escola Básica 2, 3 de Sampaio e que passava pela parte de baixo da Escola Secundária de Sampaio que seguia para a Charneca da Cotovia. Essa paragem que tinha sido cancelada, era uma paragem com abrigo, e estas paragens estavam situadas nos passeios que não tinham dimensões muito grandes, sendo que quando havia movimentos de saída dos miúdos todos da escola, acabava por

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

haver um aglomerado porque havia os que ficavam à espera na paragem e os que ficavam em circulação pedonal que tinham de se desviar pela estrada, com o adicional de que junto à escola existia uma passadeira e uma Lomba e junto a estas paragens não existia lomba. Além disso, os veículos dos próprios alunos ou sobretudo motas, passavam às vezes com velocidades que não eram muito aconselháveis, e para evitar que houvesse problemas futuros ou pela segurança dos miúdos, fazia sentido estudar se valia a pena existir esta paragem e se existindo esta paragem, saber que condições deviam ser criadas para garantir a segurança dos alunos. -----

-----Disse que estas paragens na avenida e no passeio sem abrigo estavam a cerca de 100, 200 metros do terminal. Não sabia se a aglomeração dos miúdos aqui se devia à espera do autocarro, mas não sabia se fazia sentido existir esta paragem, tanto que uma das coisas apontada no documento era estudar realmente se valia a pena continuar a existir. -----

-----Outro aspeto da Recomendação, dizia respeito ao parque de estacionamento que era usado, que não sabia se com alguma legitimidade ou não, que ficava junto à Escola Básica 2,3, mas que curiosamente a entrada para o estacionamento era feito na zona rebaixada do passeio, que era na passadeira. Isto obviamente não fazia sentido nenhum e tinha de se criar algum constrangimento de proteção a todos os utentes e a todos os peões, mas neste caso, a maior parte deles eram os alunos das escolas, e a recomendação vinha no sentido de se estudar, junto da Carris Metropolitana também relativamente às paragens, mas, com a intervenção da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, que estes pudessem ser assuntos resolvidos a muito breve trecho, tendo em conta o que estava em causa. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que referiu que podiam dividir este documento em dois. Em relação à primeira parte do documento, que tinha a ver com a paragem, não havia dúvidas nenhuma que a existência desta paragem era um pouco incongruente e que devido à proximidade que existia de outras com outras condições de abrigo, os miúdos estarem nesta paragem era um pouco incongruente e concordavam plenamente com a recomendação do Bloco de Esquerda. -----

-----Já em relação à segunda parte, relativamente ao estacionamento, julgava ser num terreno privado, sendo que a resolução deste problema poderia ser um pouco mais difícil. Acrescentou que até podiam pedir à Câmara que colocasse pinos e cortasse o acesso ao terreno, mas depois o proprietário questionaria a legitimidade da CM em cortar o acesso ao seu terreno. -----

-----Disse que poderia haver algumas dúvidas sobre a resolução deste problema, no entanto, concordavam que era uma situação que colocava em perigo a circulação, aliás, era uma situação que quer na Escola Michel Giacometti quer na Escola Navegador Rodrigues Soromenho, havia entradas e saídas

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos alunos extremamente perigosas à circulação, quer à circulação viária, quer à circulação das próprias crianças, onde a culpa era dos Encarregados de Educação que iam por os seus filhos às escolas e paravam desordenadamente no meio da via, tendo as crianças de, algumas vezes, atravessar à frente dos carros. Felizmente, nunca tinha havido nenhum acidente, mas um dia, se calhar, teriam de pensar sobre a resolução desse problema. Portanto, a CDU estava em condições de votar favoravelmente a este documento.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CM** que referiu que não havia nada a dizer e que tinham de se resolver estes problemas.-----

-----Em relação ao estacionamento, disse que, fosse como fosse, não fazia sentido nenhum que os carros entrassem por cima da passadeira, fosse com pinos ou com outra solução, tinha de se encontrar uma forma de resolver esta questão. Pelo menos por cima da passadeira não podiam passar, o que era um contrassenso. Acrescentou que o lote não tinha construção, mas se o proprietário quisesse ter acesso, com certeza que a Câmara não iria autorizar em cima da passadeira, isso era um facto. -----

-----Disse perceber que o terreno era utilizado enquanto estacionamento devido à falta de oferta, provavelmente por alguns professores, mas tinham de entrar por outro lado. Contudo, também tinham estacionamento lá dentro. -----

-----Quanto à questão da paragem, disse que das 3 linhas que lá passavam, 2 utilizavam o terminal em baixo e a paragem do portão sul da Escola Secundária, portanto, não fazia sentido, uma redundância, ter o portão norte, até porque a informação que tinham era que o portão norte não era aberto aos alunos. Explicou que as linhas a 3207 e 3221, passavam pelo terminal junto à Escola do primeiro ciclo. Duas destas linhas passavam pelo portão sul e pelo portão norte. Havia uma que só passava pelo portão Norte, que era a 3214, uma linha que fazia Santana-Sampaio com percurso pela Almoinha e Pinhal de cima, e, como não saía para o lado da Quinta do Texugo de Sampaio, fazia sempre direto, ou seja, saía do terminal sempre pela Avenida Manuel Martins e seguia em frente para Quintinha e ia até à Almoinha, Santana e depois fazia o sentido inverso. -----

-----Havia uma que estava dependente dessa paragem que já existia. O mais óbvio seria eliminar aquela paragem, porque havia uma a 200 metros, mas tinha de ser visto por causa dos horários, porque admitia que pudessem alguns miúdos ir a correr para apanhar o autocarro e se fossem para o terminal, que era um bocadinho mais longe, não conseguiam apanhar, sendo que, na sua ótica, podia haver outra solução. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que, concordando com a recomendação, não fazia sentido nenhum ali a paragem, e a fotografia apresentada no documento era elucidativa. Estava mesmo a ver os miúdos a brincar e a meter um dedo do pé dentro da estrada e depois o problema havia de ser sempre da CM. Portanto, ou se eliminava aquela paragem à forma de ida ao portão sul, que era uma questão que tinha de ser vista com a TML e com o prestador de serviços, porque podia aumentar a distância, e teria de se ver por onde passava, porque pela Quinta de São José era difícil, ou, então, também havia espaço para deslocar esta paragem, quer num sentido, quer noutro, porque esta tinha o mesmo problema no sentido Santana-Sampaio, que vinha pela Avenida Manuel Martins. Portanto, teria de ser junto à urbanização dos prédios que se estavam a construir, porque havia espaço para ter um desvio para um autocarro e uma paragem de autocarro.-----

-----Disse que, pelo que se havia apercebido, se fosse só as linhas 3207 e 3221, eliminava-se aquela paragem, “arrumando-se” esta questão de uma vez por todas, contudo, vendo esta situação e olhando para os horários escolares, ou se eliminava ou tinha de se reformular e arranjar um espaço, porque onde estava não fazia sentido nenhum.-----

-----Disse ainda que, o que fazia sentido era as carreiras 3207 e 3221 não serem potenciais utilizadoras e eliminar o circuito dessa linha que passava no portão sul e no terminal e passar no portão norte. Só custava a primeira vez, o problema seria se fossem para aquela paragem e a carreira passasse e não parasse, mas da próxima vez já saberiam que tinham de esperar no sítio certo.-----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da AMS colocou à votação a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Paragens junto das escolas de Sampaio”, que a seguir se transcreve, que foi aprovada por unanimidade:**-----

-----“Apesar dos problemas e falhas que se tem verificado, a criação da carris metropolitana, tem por base a melhoria das condições dos transportes coletivos no concelho e em toda a área metropolitana. --

-----Ainda assim, as decisões tomadas, relativamente à arquitetura da solução em termos de carreiras, apeadeiros, paragens, etc. deve merecer um constante escrutínio e avaliação. Sendo que nos casos em que esteja envolvida a comunidade escolar e a mobilidade dos jovens, sobretudo se a segurança estiver em causa, a intervenção deve ser feita de forma rápida para acabar com os constrangimentos e evitar acidentes.-----

-----Recentemente foram introduzidas algumas alterações nas imediações do “complexo” escolar de Sampaio. Desde logo, o encerramento da paragem (com abrigo) junto à porta principal da EB 2,3 do Castelo (antiga escola C+S) e a colocação/recolocação de paragens (sem abrigo) na mesma rua, Av. Dom

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Manuel Martins, mas mais próximo à entrada de serviço da Escola Secundária de Sampaio. Ora, essas paragens além de não possuírem abrigo para os passageiros que aguardam pela carreira, estão posicionados em passeios estreitos, que obrigam os peões que circulam nesse passeio, a terem de usar a estrada para contornar os passageiros que fazem fila a aguardar a paragem (imagem abaixo). Além disso, junto a estas paragens, ao contrário do que acontecia na existente junto à porta da escola, não existe lomba nem passadeira, para proteger e facilitar a circulação entre os 2 lados da estrada. O que é ainda mais perigoso, quando os automobilistas de quatro e duas rodas teimam em ultrapassar os limites de velocidade dessa via. Esta situação é uma bomba-relógio, com batidas aceleradas no final do dia e após o término das aulas do período da manhã (perto das 14h).-----



-----Noutro âmbito, mas também relacionado com a segurança dos alunos, existe outro aspeto que deve merecer uma rápida intervenção. No cruzamento entre a Av. Dom Manuel Martins e a Estrada da Faúlha (para o Pavilhão Municipal de Sampaio) existe um parque de estacionamento improvisado, logo a seguir à EB 2,3 do Castelo. Ora, a entrada para esse “parque” é feita na zona rebaixada do passeio, precisamente pela passadeira que atravessa o início da Estrada da Faúlha. Não sabendo, se o estacionamento é autorizado, nem se o terreno é público a insegurança resultante desta prática deve merecer uma intervenção. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra



-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra, que:-----
graves, e estudar a real necessidade dessas paragens, ou a sua recolocação em simultâneo com medidas
de proteção e condições adequadas.-----
passadeira.-----

Dar conhecimento desta recomendação à Carris Metropolitana, ao Agrupamento de Escolas de Sampaio e
à direção das Escola EB 2,3 do Castelo, Escola Secundária de Sampaio e Escola Básica de Sampaio.”-----

-----De seguida, foi dada continuidade ao PAOD com a **Recomendação à Câmara Municipal de
Sesimbra com o título “Limites horários para a realização de cargas e descargas na Vila de Sesimbra”,**
que a seguir se transcreve: -----

-----“A rede viária e a malha urbana, da vila de Sesimbra tem características únicas, cujos acessos
dificultam a fluidez de trânsito conjuntamente com as operações de cargas e descargas. Sendo Sesimbra
visivelmente mais sensível ao congestionamento de trânsito em determinados períodos do dia, quer
devido á forte concentração comercial e de serviços, quer à circulação de veículos pesados que realizam,
desordenadamente, operações de cargas e descargas, urge a intervenção por parte da Câmara, no
sentido de implementar medidas adequadas á resolução deste problema.-----

-----Deste modo, e atendendo a que a otimização da circulação e da ordenação urbana do tráfego,
terá, pelo anteriormente referido, uma correlação direta com o condicionamento das situações
relacionadas com as operações de cargas e descargas, de veículos automóveis de mercadorias pesados.-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de Setembro de 2022 recomenda à Câmara
Municipal de Sesimbra que: -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----1-Regulamente um horário específico para a vila de Sesimbra que limite as operações de cargas e descargas de veículos automóveis de mercadorias e especiais, de peso bruto superior a 2.600 Kg, em períodos definidos e em locais próprios para o efeito;-----

-----2-Proíba as operações de carga e descarga nas zonas pedonais e de circulação de trânsito no período compreendido entre as 9.00h e as 18 h.-----

-----Dar conhecimento:-----

-----Junta Freguesia de Santiago-----

-----Assembleia de Freguesia de Santiago-----

-----Junta de Freguesia do Castelo-----

-----Assembleia de Freguesia de Castelo-----

-----Junta de Freguesia da Quinta do Conde-----

-----Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde-----

-----Associação De Comerciantes E Industriais Do Concelho De Sesimbra”-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui Rodrigues** que fez a leitura do documento.-----

-----Interveio o **Deputado Carlos Oliveira** que, sobre a recomendação, disse que queria pôr à consideração da Assembleia o seguinte: Sabia que os pesados eram uma “coisa chata”, mas o certo era que era através destes que vinha tudo aquilo que as pessoas necessitavam e que estava nas prateleiras dos supermercados, nos talhos, na Praça, entre outros. A proposta que era aqui feita na recomendação, nomeadamente, que se proibisse operações de carga e descarga entre as 9h00 e as 18h00, tinha 2 problemas. O primeiro tinha a ver com os próprios pesados, porque significava que o pesado para chegar aqui tinha de sair às 4h00 ou às 5h00 da manhã de alguns sítios. E o segundo problema era o comércio local ter de estar antes das 9h00 para receber a descarga das mercadorias que precisava. Portanto, se não conseguissem receber entre as 9h00 e as 18h00, queria saber como é que se iriam abastecer. Se era depois das 18h00, se era durante a noite ou se era de madrugada.-----

-----Disse que era muito bonito colocar-se uns horários, mas havia de se estudar e apreciar tudo o que era a movimentação das cargas e descargas e do transporte de pesados para perceberem onde é que estavam “metidos”. Também não podiam dizer que não entravam mais carros com peso bruto superior a 3500 kg sem saber quanto custava ao comércio e às pessoas quando chegavam ao comércio para comprar. Isto era muito bonito, mas depois não funcionava.-----

-----Disse que este era mais um documento que podia baixar possivelmente às comissões 6 e 4, para apreciar quais eram os reflexos de uma medida destas e eventualmente, conseguirem propor alguma

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

coisa à Câmara Municipal que fosse viável, para depois não terem de ouvir a Câmara Municipal a dizer que tinha ouvido os comerciantes e uma série de entidades a dizer que nem pensar nessa solução por ser inviável. -----

-----Por outro lado, aquilo que era preciso provavelmente era disciplinar o estacionamento em Sesimbra, porque, por exemplo, na ponta do Jardim do Largo 5 de outubro havia um lugar para cargas e descargas, mas não havia espaço para cargas e descargas por este local estar sempre cheio de automóveis. Portanto, as questões tinham a ver com tudo isto. -----

-----Referiu que, se dissessem que não podiam entrar nas ruas pedonais, por acaso até nem tinham as ruas pedonais muito compridas, mas se tivessem, quanto tempo é que levaria fazer uma carga e uma descarga, porque os homens tinham de ir com os carrinhos carregar as mercadorias, ir com o carrinho pela rua pedonal e voltar outra vez para trás. Não era um quarto de hora. Era 20 minutos, meia hora ou 45 minutos para fazer uma descarga. Portanto, estas coisas tinham muito interesse para a população que se chateava muito com os pesados, mas precisava destes. Era a mesma coisa que acontecia relativamente aos pesados que iam para o Porto de abrigo para a carga e descarga de pescado, e dizer que não podiam passar porque incomodavam. -----

-----Por fim, disse que esta proposta devia ser ponderada. Evidentemente que era necessário haver um regulamento de cargas e descargas que, no fundo, condicionasse de uma forma positiva esta atividade, mas era uma atividade necessária e fundamental para a vida das populações. -----

-----Usou da palavra o **Deputado João Castanho** que, sobre a recomendação, disse que tinha algumas notas breves. Referiu entender a necessidade, mas perceber também aquilo que o Deputado Carlos Oliveira tinha dito. -----

-----Disse que, na recomendação, sugeriam veículos até 2600 kg, mas que estes eram carros muito pequenos, e tinha de ser, no mínimo, uns 3500kg. A questão do horário, entra as 9h00 e 18h00 era o ideal, que não atrapalhava, mas devia ser muito difícil. Neste sentido, queria saber se tinha havido alguma análise ou algum estudo para enquadrar este horário e não entre as 10h e as 17h00, por exemplo. Acrescentou que esta distribuição era feita nos horários de quem fazia a distribuição, que normalmente começavam muito cedo para chegar aos locais. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que começou por dizer que esta proposta tinha um mérito e que estavam todos a debater pouco sobre a necessidade da criação de algumas regras e a sua implementação para assegurar a funcionalidade destas descargas.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Neste sentido, propunha aos proponentes que baixassem a recomendação à Comissão 6 porque tinha também algumas dúvidas sobre a eficiência ou a possibilidade de concretização das medidas tal e qual como estavam indicadas e acreditava que podiam ser melhoradas. Acreditava também fazer sentido nesta descida às comissões que se pudesse, por exemplo, promover auscultações pelo menos às associações de comerciantes, também para perceber as necessidades que tinham. Por exemplo, na recomendação estava apontado o horário das 9h00 às 1800, mas perguntava-se se seria das 18h00 às 21h00 uma boa hora para fazer distribuições, sendo que os restaurantes estavam a abrir a essa hora. -----

-----Concluiu dizendo que a recomendação tinha o mérito de trazer à tona o problema, porque efetivamente era um problema, assim como era um problema no acesso às ruas pedonais, a utilização abusiva que resultava também, provavelmente, dos momentos de confinamento, mas a forma como se haviam expandido as esplanadas, que era uma coisa brutal, que achava que não servia nem à defesa da segurança para o caso de acontecer alguma coisa, nem para a possibilidade do transporte das mercadorias para os estabelecimentos. Percebia o problema e achava que a solução, se calhar, era um bocadinho mais ao lado, mas a proposta era que a recomendação baixasse às respetivas comissões. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que começou por dizer que, como havia referido o Deputado Carlos Macedo, trazer esta recomendação foi levantar um problema que existia na Vila de Sesimbra. Acrescentou que tinha feito umas propostas de horário, mas não chocava nada que este documento baixasse à Comissão 6 e, já agora, à Comissão 4, que tinha as atividades económicas, para que se estudasse, porque este era um problema que recorrente ao longo dos anos na Vila de Sesimbra e não só, porque já era na Cotovia e, se calhar, já em determinadas zonas da Quinta do Conde e Alfarim. Portanto, era um problema que já tinha a ver com algumas zonas do Concelho de Sesimbra. -----

-----Disse perceber o Deputado Carlos Oliveira e a sua preocupação com os pesados, porque o próprio não tinha nada contra estes. Disse recordar-se de quando havia começado esta discussão sobre as cargas e as descargas na Baixa de Lisboa, que “caía o Carmo e a Trindade” que nunca mais se resolvia, porque deixava de haver comércio na Baixa de Lisboa e deixava de haver restaurantes porque nunca mais se iria fazer cargas e descargas. Nunca mais ninguém iria carregar e descarregar em Lisboa. O facto era que se havia regulamentado e resolvido um problema. Esta recomendação era exatamente para isso, alertar para um problema que existia na Vila de Sesimbra. -----

-----Referiu que, se fossem à Rua do Forno às 10h00 da manhã, verificariam que um carro que fosse a um estabelecimento comercial tirar 3 ou 4 caixas, fazia uma fila de trânsito que chegava ao Hotel do Mar. Havia também o problema da falta de policiamento, que também estava agregado a esta situação,

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque havia bolsas de cargas e descargas no jardim, na Avenida da Liberdade e em determinadas zonas, mas o problema era que estavam todas ocupadas por carros ligeiros que não deviam de estar lá parados. O problema era falta de fiscalização, porque no Largo isso acontecia muitas vezes e a GNR nem passava lá, portanto, esta recomendação era o alertar para uma situação que devia ser resolvida, e não se opunha em nada que baixasse à Comissão 6 que tinha o trânsito e à 4 que tinha as atividades económicas.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que, em função das intervenções anteriores sugerindo que a recomendação baixasse para começar à Comissão 6 e depois eventualmente também à Comissão 4, queria deixar aqui a posição da Bancada, nomeadamente, em simultâneo com a questão dos horários, havia, se calhar mais preocupações que tinham a ver com eventuais ajustes que se podiam fazer à circulação na Vila, com as definições de vias pedonais e como é que se garantia o abastecimento de atividades comerciais que existiam nessas ruas. Isto era um conjunto de situações que, se calhar, deviam ser abordadas do ponto de vista global, e, nesse sentido, nada melhor que a Comissão, concordando também com a Comissão 4, já que obviamente a auscultação das atividades comerciais e os empresários deste setor faria algum sentido e a Comissão 4 teria alguma palavra a dizer.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que disse não representar aqui atividade nenhuma, apenas havia trazido a sua experiência profissional que era um contributo. Por exemplo, na questão de Lisboa, no mandato anterior queriam aprovar um regulamento que não tinha “pés nem cabeça”, em que efetivamente a Baixa de Lisboa não era abastecida de forma nenhuma. O regulamento da Baixa já tinha muitos anos, e o que estava regulamentado era na zona do Bairro Alto, que tinha horários de entrada e de saída.-----

----- Referiu ser muito interessante aquilo que propunham na recomendação, mas tinham também de propor outra coisa que não sabia se a Câmara Municipal eventualmente estaria disponível para tal, designadamente, libertar-se das cargas e descargas desde que os camiões pudessem descarregar para dentro de um armazém, e depois os comerciantes irem lá buscar. Esta era uma solução, podiam era perguntar aos comerciantes se estavam disponíveis para isso. Esta era uma solução que estava proposta para a cidade de Lisboa, especialmente para a Baixa, que era a criação de um grande espaço que estava no parque de estacionamento da Praça da Figueira, no terceiro, quarto e quinto andar, que estava fechado, e onde se podia fazer cargas e descargas para depois os comerciantes irem buscar. Ou então alguém criava uma empresa que fosse fazer a distribuição. Contudo, era preciso atenção que isto custava caro, não era de graça. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Portanto, havia soluções, mas estas tinham sempre as contrapartidas que eram os custos, e, por exemplo, na Vila de Sesimbra, em que havia algumas ruas carregadas de restaurantes, perguntava o que iria acontecer se comesçassem a fazer muitas restrições, talvez em vez de ter 10 camiões em Sesimbra, teriam 20 ou 30, porque o horário era mais curto e teriam de vir todos nesse horário, sendo que ninguém circularia em Sesimbra até que estes saíssem. -----

-----Por outro lado, os transportadores também não podiam sair às 8h30, nem às 9h00, porque tinham de chegar às 7h00 ou às 6h30 para começar a distribuir. Perguntou se os restaurantes abriam para receber as descargas. Acrescentou que isto não era defender os camiões, era olhar para as cidadesou para as vilas e, neste caso, para a Vila de Sesimbra e ver como é que as coisas funcionavam, nomeadamente, a que horas funcionava o comércio, porque se não estivesse ninguém para receber, não valia a pena levar nada. Esta era uma questão que podia ser tratada, tinha soluções, umas caras e outras baratas. -----

-----Por fim, disse que estavam tão preocupados com isto, mas havia uma questão que nunca mais era resolvida, nomeadamente o estacionamento dos carros à porta da praça de todas as pessoas que vendiam nas bancas, bem como os carros do peixe em frente ao muro da praia. Perguntou se queriam falar sobre isso também. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CM** que disse também achar que fazia mais sentido baixar a Recomendação à Comissão. O Deputado Carlos Filipe havia colocado uma questão muito pertinente, porque havia problemas evidentes que sabiam hoje, e os carros estacionados no mercado era um deles, que eram extensões das bancas dos mercados porque não havia capacidade de armazenamento no próprio mercado. -----

-----Referiu que estavam a trabalhar num quadro de criação de zonas de coexistência nas 2 marginais com reposição também das esplanadas e a devolução do espaço público e fazia sentido que isso fosse considerado, bem como a questão do estacionamento de motociclos que tinha de estar no campo visual do proprietário. Acrescentou que não tinha dúvidas de que era um problema que tinham e que muitas vezes era mais devido à falta de forças de segurança que fizessem fiscalização, que sabiam não haver, de estacionamento de viaturas ligeiras e de estacionamento ou da paragem de viaturas para cargas e descargas que aconteciam em qualquer lado e a qualquer momento. -----

----- Considerava esta uma situação que tinham de avaliar e de ponderar, sendo que a Comissão 6 podia dar um contributo ouvindo também os técnicos, e considerava importante ouvir também as associações de comerciantes e as associações representativas do setor dos transportes, e tentar

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

perceber, olhando para as características da Vila de Sesimbra, com todos os contributos, o que é que se podia “cozinhar”, percebendo que provavelmente não haveria soluções ideais e que muitas delas estariam pendentes da falta ou da existência de maior ou menor fiscalização, porque podiam regular tudo e mais alguma coisa, mas não havendo cumprimento daquilo que estava regulamentado, continuavam a ter os problemas. -----

-----Outra questão que se havia aqui levantado sobre o espaço em frente ao Largo 5 de Outubro, que permitia pôr 3, 4 ou 5 carros para fazer cargas e descargas e estava sempre ocupado por viaturas, portanto, se estava ocupado por viaturas, os veículos de cargas e descargas tinham de arranjar outra alternativa.-----

-----De seguida, o **Presidente da AMS** questionou o proponente do documento se concordava que este baixasse às Comissões 4 e 6, Comissão de Desenvolvimento Económico e Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, respetivamente. -----

-----Interveio o Deputado **Rui Rodrigues** que disse concordar que a Recomendação baixasse, por ordem, à Comissão de Desenvolvimento Económico para que pudessem acolher a opinião dos intervenientes da economia local, e à Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, que tinha sob a sua responsabilidade o trânsito. -----

-----Não havendo mais intervenções sobre este assunto, e colocado à votação, a **Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar às Comissões “4” – Desenvolvimento Económico e “6” – Transportes, Mobilidade e Segurança, a Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Limites horários para a realização de cargas e descargas na Vila de Sesimbra”**. -----

-----De seguida, o Presidente deu continuidade ao PAOD com a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra sob o tema “Relocalização da Feira Festa da Quinta do Conde”** que a seguir se transcreve:----

-----“A 07 de Dezembro de 2018, foi apresentada e aprovada por maioria em assembleia de freguesia da Quinta do Conde, a recomendação que remetemos:-----

-----«A Feira Festa da Quinta do Conde teve a sua primeira edição em 1990 e é atualmente uma das maiores mostras de atividades económicas do concelho de Sesimbra, reunindo dezenas de expositores ligados ao movimento associativo, empresas e instituições.-----

-----Com inegável importância quer para a vila e freguesia da Quinta do Conde, quer para os seus habitantes, não só pelo que representa, mas também pela sua história, que se cruza com a própria formação identitária da Quinta do Conde.-----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sabendo que o continuo processo de crescimento da Vila da Quinta do Conde é uma realidade, também a Feira Festa tenta seguir tal crescimento. Desta forma começa a ser inevitável uma mudança de paradigma, por tantos reclamada, mas com muito poucas soluções à vista.-----

Nesta recomendação temos vários pressupostos a considerar, como sejam:-----

- 1) O Pavilhão Multiusos será uma realidade em breve; -----
- 2) Que o mesmo, apesar de ainda não ser totalmente claro para a população, irá ter a valência do auditório, que deixou de ser realidade como valência da nova Escola Básica, mas que foi utilizado como bandeira eleitoral; -----
- 3) Que as obras para o pavilhão multiusos mais auditório possam avançar rapidamente, sob pena da perda de credibilidade de propostas eleitorais, com prejuízos evidentes para a população. -----

-----Desta forma é premente analisar a viabilidade da realocização a Feira Festa da Quinta do Conde, tendo em conta os espaços disponíveis para o efeito. O Movimento Sesimbra Unida pretende contribuir para o debate público desta nova realidade, sugerindo no âmbito do planeamento e gestão do território, uma solução para a realocização do evento.-----

-----Tivemos em conta diversos aspetos, embora os mesmos não dispensem uma análise e discussão mais pormenorizada por parte das entidades competentes.-----

-----O local sobre o qual recomendamos a correspondente análise de viabilidade da realocização da Feira Festa situa-se entre a Estrada Nacional n.º 10, Avenida de Negreiros e a Rua Rio Guadiana. -----

-----Achamos que este local pode ser adequado, sabendo, inclusivamente, que está em estudo a recuperação do corredor verde da Quinta do Conde. No nosso entender, o local parece reunir as condições ideais para se fazer de raiz um espaço pensado para receber a maior festa da Quinta do Conde, mantendo muita das características tendentes a aproveitar atividades de ar livre.-----

Tivemos em conta aspetos como o declive natural que pode funcionar em modo de anfiteatro para espetáculos, a barreira sonora natural que existe entre o núcleo habitacional e o futuro recinto, bem como a dimensão do espaço e a proximidade com a estrada nacional n.º 10. -----

Embora não esteja nas competências da Junta de Freguesia da Quinta do Conde o ónus da construção deste novo espaço, não deve a mesma deixar de oferecer o seu contributo enquanto conhecedora do território. Pela defesa dos interesses quer dos moradores, quer do evento em si, deverá esta Assembleia contribuir para que esta mudança seja uma realidade e que em tempo de planeamento se decida de forma acertada e ponderada, pela dignidade que a Feira Festa merece.» -----

Proposta para deliberação:-----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Recomendação à CMS para conclusão rápida de todo o processo para permitir que a Feira Festa de 2023 seja efetuada já no novo local, potenciando a sua expansão. -----

Esta recomendação deverá ser publicitada no boletim municipal, na comunicação social local e distrital, bem como ser dada a conhecer a todas as Assembleias de Freguesia do nosso Concelho e à comissão organizadora da Feira Festa da Quinta do Conde.”-----

-----Cedeu a palavra ao **Deputado João Castanho** do GM do MSU para que fizesse a apresentação do documento. Este começou por dizer que em 2018 tinha sido apresentada pelo MSU e aprovada por maioria em Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde esta mesma recomendação. Poderiam dizer que passados 4 anos, nada disto faria sentido. Havia passado um ciclo eleitoral, novas conjunturas políticas tinham sido criadas e as necessidades da população também haviam mudado, mas não. Perguntou qual era o tempo certo para se planear e para se executar e quanto mais se iria gastar em promessas adiadas à população da Quinta do Conde que cada vez mais extremava as suas posições e que o continuavam a fazer, porque à porta das eleições era fácil prometer. Acrescentou que ontem, esta recomendação tinha sido novamente apresentada e aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----De seguida, fez a leitura do seguinte excerto da Recomendação: -----

-----«A Feira Festa da Quinta do Conde teve a sua primeira edição em 1990 e é atualmente uma das maiores mostras de atividades económicas do concelho de Sesimbra, reunindo dezenas de expositores ligados ao movimento associativo, empresas e instituições.-----

Com inegável importância quer para a vila e freguesia da Quinta do Conde, quer para os seus habitantes, não só pelo que representa, mas também pela sua história, que se cruza com a própria formação identitária da Quinta do Conde. -----

Sabendo que o continuo processo de crescimento da Vila da Quinta do Conde é uma realidade, também a Feira Festa tenta seguir tal crescimento. Desta forma começa a ser inevitável uma mudança de paradigma, por tantos reclamada, mas com muito poucas soluções à vista.-----

-----Nesta recomendação temos vários pressupostos a considerar, como sejam: -----

-----1) O Pavilhão Multiusos será uma realidade em breve;-----

-----2) Que o mesmo, apesar de ainda não ser totalmente claro para a população, irá ter a valência do auditório, que deixou de ser realidade como valência da nova Escola Básica, mas que foi utilizado como bandeira eleitoral; -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----3) *Que as obras para o pavilhão multiusos mais auditório possam avançar rapidamente, sob pena da perda de credibilidade de propostas eleitorais, com prejuízos evidentes para a população.*-----

-----*Desta forma é premente analisar a viabilidade da realocização a Feira Festa da Quinta do Conde, tendo em conta os espaços disponíveis para o efeito.*-----

-----Acrescentou que já sabiam neste momento qual era o local que inclusivamente já tinha sido anunciado. -----

-----Por fim, fez a leitura da seguinte parte deliberativa da Recomendação:-----

-----*“Recomendação à CMS para conclusão rápida de todo o processo para permitir que a Feira Festa de 2023 seja efetuada já no novo local, potenciando a sua expansão.*-----

-----*Esta recomendação deverá ser publicitada no boletim municipal, na comunicação social local e distrital, bem como ser dada a conhecer a todas as Assembleias de Freguesia do nosso Concelho e à comissão organizadora da Feira Festa da Quinta do Conde.*” -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que todos conheciam esta deliberação de 2018 e que até já antes de 2018 era uma aspiração de todos os Sesimbrenses, porque para a própria, Quinta condenses eram Sesimbrenses, e continuava a dizer que não havia a Vila de Sesimbra, o Castelo e a Quinta do Conde, havia sim Sesimbra, e todos os sesimbrenses gostariam de ter a Feira Festa num local com capacidade de expansão e de melhoramento para lhe dar mais projeção e ser ainda mais e melhor do que já era. -----

-----Queriu acreditar que era por falta de conhecimento de determinados factos que o introito deste documento começava desta forma, porque este assunto já tinha sido falado diversas vezes, mas o Deputado João Castanho não era eleito nesta Casa e podia não estar na posse de todos os factos, porque de outra forma, considerava que começava com teor algo ofensivo para quem conhecia todo o processo relativamente a isto, nomeadamente, a situação dos terrenos com nova localização já anunciada e as dificuldades que tinham implicações legais e outras para que essa mudança se fizesse o quanto antes. Acrescentou que, concordando com o teor de realocar a Feira Festa no local que lhe desse mais dignidade e mais capacidade, não podia de maneira nenhuma concordar com as algumas das expressões desta recomendação. -----

-----Disse que as várias tentativas que tinham sido feitas para que mais rapidamente houvesse uma solução para a realocização da Feira Festa não tinham sido bandeira eleitoral, mas sim tentativas que de facto tinham sido experimentadas, aventadas no sentido de procurar resolver o problema o quanto antes. E para que o Deputado João Castanho tivesse conhecimento efetivo daquilo que era toda a

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

incidência deste processo e o porquê de já não estar no local, solicitava que o senhor Presidente da CM desse uma explicação do motivo legal, porque de facto havia esclarecimentos a prestar, porque considerava que esta não era forma de se reivindicar um equipamento, um evento que de facto era muito importante para a Quinta do Conde e que da parte da CDU sempre havia merecido o maior carinho, o melhor acompanhamento e apoio possível, quer quando tinha esta na gestão da Junta de Freguesia como na gestão da Autarquia, e, mesmo quando não tinha estado.-----

-----Por fim, disse que esta era uma ambição já muito antiga e que gostava era que o Deputado João Castanho tivesse algum conhecimento das dificuldades para essa realocização, porque não era tão fácil assim. Parecia que 4 anos era muito tempo, mas se calhar em determinados processos, não era assim tanto.-- -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Deputado Carlos Pólvora**, que disse que todos os que aqui estavam não tinham qualquer dúvida de que a realocização da Feira Festa para o sítio onde estava negociado vinha realmente melhorar o nível de ruído, de ambiente, de estacionamento e do bem-estar das pessoas. Neste sentido, queria deixar o seu testemunho pessoal de que no final de 2019 tinha sido feito um esforço pela Câmara Municipal de Sesimbra com a movimentação de terras e alguns trabalhos no local com o objetivo de fazer a Feira Festa em 2020 já naquele local. Acontecia que, como todos sabiam, tinha aparecido a pandemia, sendo que em 2020 e 2021 não se havia realizado a Feira Festa e que com a pandemia tinha havido outros fatores, talvez jurídicos, que haviam sobressaído e realmente neste momento ainda não tinham lá a Feira Festa. Se não tivesse havido a pandemia, provavelmente em 2020 a Feira Festa já se tivesse realizado no local previsto, pelo menos as coisas tinham estado a avançar nesse sentido. -----

-----Por fim, disse que esta recomendação tinha sido ontem aprovada não pelo teor total do documento, mas pelas recomendações que nela constavam.-----

-----Interveio o **Deputado João Castanho** que, em resposta à Deputada Sandra Carvalho e ao GM da CDU, disse que o fundamental era aprovar o documento, e, nesse sentido, sugeria a eliminação dos primeiros dois parágrafos da Recomendação, que julgava ser o que gerava alguma fricção e não era isso que se pretendia. Embora fosse igual ao documento apresentado no dia de ontem, compreendia e reconhecia, julgando que sem esses dois parágrafos ficasse mais consensual. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que, em primeiro lugar, disse achar que havia aqui 2 dimensões de questões que eram colocadas neste documento, sem prejuízo de estar lá na sua essência, mas voltavam a “bater na mesma tecla” daquilo que batiam em todos os documentos até agora

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

apresentados, ou seja, percebia o princípio e o objetivo, mas enfermava num conjunto de outros problemas que estavam associados. -----

-----Referiu que havia duas questões distintas que se colocavam, apesar de uma delas, e por responsabilidade de uma delas, elas se cruzarem, que tinha a ver com a questão do Auditório da Quinta do Conde e, eventualmente, a necessidade mais rápida e mais célere de poderem ou terem de encontrar uma solução para a Feira Festa, que se havia juntado também numa vontade de resolver um problema que não tinha nada a ver com a Feira Festa nem tinha nada a ver com aquele terreno que era um proprietário deixar de pagar à Câmara um conjunto significativo de valores, superior a 400.000,00€, e trocá-lo por aquele terreno. Era disso que se tratava. -----

-----Explicou que aquele terreno não era cedido e que iria custar à Câmara mais de 400.000,00€, e havia-se juntado num conjunto de pressupostos que, infelizmente, hoje ainda não tinham fim à vista, pelo menos de imediato. Disse não conseguir garantir neste momento aquilo que estava determinado na deliberação da recomendação, nomeadamente, saber “com todas as letras” se em 2023 teriam condições de realizar lá a festa. Acrescentou que teriam essas condições se fosse no mesmo princípio que tinha referido o Presidente da Junta da Quinta do Conde, que era pedirem autorização ao proprietário para utilizar aquele espaço, não construir nada que fosse definitivo, nomeadamente, redes elétricas, PT e estação elevatória, já num projeto incipiente que tinham de reabilitação daquele espaço e gastar uma “pipa de massa” a alugar casas de banho, contentores e geradores, levar para lá tudo para fazer lá a Feira Festa. Esta era uma opção em que a Câmara faria os mínimos possíveis porque não iria intervencionar num terreno que, embora tivesse autorização para o efeito, não era um terreno que estivesse ou que estaria já na posse do Município. -----

-----Disse que a proposta do terreno não era do MSU e que tinha sido debatida na Câmara exatamente quando esta havia debatido a possibilidade da saída do auditório que estava anexo à construção da extensão da Escola Básica 2 da Quinta do Conde, para eventualmente se construir noutro lado. Tinha sido nessa discussão que entre os eleitos da Câmara Municipal à altura onde estava incluído até o Partido Socialista, que o vereador Américo Gergaloto havia referido que aquele era um terreno bom. Portanto, o MSU não podia assumir aqui nenhuma paternidade em relação ao terreno, porque este assunto tinha sido discutido muito antes de 2018 e antes de qualquer recomendação. -----

-----Explicou em seguida que tinha havido uma decisão da Câmara num concurso que estava a decorrer para a construção de uma escola com um auditório para 200 lugares e uma decisão do Executivo por unanimidade em retirar o auditório da escola e construí-lo num outro local. O local escolhido para

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

construir o auditório era o local que estava inicialmente previsto pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde, para construir um pavilhão multiusos, que já tinha até um projeto de arquitetura. Neste sentido, precisavam de acelerar também a construção do auditório e aquilo que tinham visto era que, com a construção do auditório, que iria acontecer indubitavelmente por ocasião da próxima Feira Festa, apesar de neste momento estar em reclamação de um dos concorrentes que havia reclamado da decisão do júri, o que não era de todo um bom sinal porque estava em análise jurídica, podendo ir por outros caminhos que atrasassem mais, mas estava em construção iria ocupar um espaço significativo do terreno da Feira Festa, o que havia obrigado a que pensassem numa parcela de terreno, pelo que havia surgido uma possibilidade. Dessa possibilidade, havia surgido uma segunda oportunidade que era tentar resolver um problema com o proprietário desse terreno, que, de certa forma, tinha uma dívida de taxas urbanísticas à Câmara dentro dos lotes que possuía no plano de urbanização da quinta do Conde, de fazer uma dação em pagamento de tal forma e tal ordem que permitisse fazer uma permuta entre aquele terreno e as taxas em dívida para a Câmara Municipal. -----

-----O problema que tinham neste momento que tinha de ser ultrapassado, era que a Câmara havia feito uma avaliação e o proprietário outra avaliação que não eram coincidentes, mas até aí tudo bem, porque tinha de haver um acerto de contas entre as duas avaliações, ainda por cima eram dois peritos da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM) como mandava a legislação em vigor. O problema era que o proprietário fazia um levantamento topográfico de uma parcela maior do que aquela que a Câmara fazia, e, de facto, na parcela feita por este havia contratos de promessa de compra e venda que a Câmara queria ver resolvidos e limados antes de passar o terreno todo para a Câmara. Portanto, era só um problema de acerto. A questão financeira estava ultrapassada, era um acerto de contas assumido entre as partes e estavam a falar apenas de uma questão de registo, porque havia uma parcela, sobretudo aquela mais junto à superfície comercial, que tinha um contrato de promessa de compra e venda registado que nunca tinha sido tramitada em termos de escrituras, e precisavam de ver isso resolvido. Portanto, ou a parcela reduzia mais um bocado ou Câmara assumia a posição do atual proprietário, que não era o atual proprietário porque aparentemente seria um terceiro. -----

----- Referiu que ainda há dias discutiam isto do ponto de vista das próximas GOP's e das atuais, que também já tinham uma verba considerável para fazer as obras essenciais para ter lá Feira Festa e não justificava fazer nenhum investimento sem ter efetivamente aquele terreno na posse da Autarquia. A partir dessa negociação que não estava concluída, e que esperavam todos ver concluída o mais cedo possível para poder efetivamente relocar a Feira Festa e nascer o processo de transformação de toda

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquela zona. Acrescentou que o auditório ficaria no lugar onde era o inicial Pavilhão Multiusos, este, por sua vez, era deslocalizado, do ponto de vista do projeto, para o centro da Feira Festa, cujas parcelas de terreno ainda não eram todas da posse do município, e no CIPA construir-se-ia a biblioteca da Quinta do Conde. -----

-----Fazendo o ponto de situação sobre os equipamentos, referiu que, percebia e também já lhe haviam dito que isto já estava anunciado há uma série de tempo, e também tinham de justificar os problemas que tinham e evidenciar que não tinham a capacidade, muitas das vezes, de ultrapassá-los. Explicou que o auditório estava em concurso pela segunda vez, sendo que o primeiro concurso tinha ficado deserto. Neste momento havia quatro concorrentes admitidos e tinha havido uma proposta de adjudicação, uma reclamação do segundo concorrente que estava a ser vista juridicamente. Portanto, se tudo corresse bem, ainda tinha de ir para o Tribunal de Contas e era admissível que lá para o início de 2023, se não houvesse impugnação judicial, a obra pudesse estar no terreno. Acrescentou que iria custar 2.000.000,00€ contrariamente a 1.200.000,00€ que constava na primeira versão. -----

-----Sobre a biblioteca, disse que estavam a acabar as medições para esta, na zona do antigo CIPA, que estavam neste momento orçamentadas com o preço base 1.800.000,00€. Tinha o financiamento de uma candidatura ao PRR de 1.000.000,00€, e não podiam lançar o concurso antes da candidatura do PRR ser aprovada que se estimava ser contratualizada a 4 de novembro, numa cerimónia com os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Acrescentou que o Auditório tinha um prazo de execução de 720 dias, o que significava que era 2 anos de construção, que com atraso iria parar aos 2 anos e meio. A biblioteca, na melhor das hipóteses, olhando para este quadro, lançando o procedimento, teriam obra no primeiro semestre de 2024. -----

-----No meio disto, por muito que quisessem pensar noutras coisas, ainda ontem, como era do conhecimento do executivo, numa semana tinham tido de fazer uma candidatura que haviam submetido hoje, num processo conduzido em uma semana, para um projeto que custava 1.500.000,00€, substituindo-se a Autarquia mais uma vez, por disponibilidade, à Administração Central para construir, fazer candidatura e a submissão da candidatura assumindo o compromisso de construção da nova Unidade de Saúde da Quinta do Conde. Tinha recebido uma chamada a dizer que tinham uma semana ou 10 dias para fazer a candidatura, preparar os procedimentos, assinar os protocolos que seriam ratificados na próxima reunião. -----

-----Referiu que andavam muitas vezes não em função das suas visões de prioridades, mas em função daquilo que eram as oportunidades de financiamento. Se perguntassem se tinham condições neste

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mandato para fazer um pavilhão multiusos em terrenos que ainda não tinham conseguido adquirir e que não iriam conseguir com negociação bilateral, só por expropriação, porque já tinha sido tentado uma série de vezes, diria que era impossível, porque mentiria a qualquer cidadão se dissesse que seria feita alguma pedra do pavilhão multiusos. Não acreditava, não querendo dizer que fosse impossível. Olhando para estes prazos, começariam a ver obras, se tudo corresse bem, do auditório, no início de 2023, da biblioteca no início de 2024 e hoje, na candidatura do Centro de Saúde, havia-se apontado, eventualmente, na melhor das hipóteses, para que a obra iniciasse no último trimestre de 2023, mas isso era quase impossível. Só por questões orçamentais haviam colocado uma rubrica para 2023 para se porventura isso acontecesse, mas era quase impossível procedimentalmente que a obra se iniciasse em 2024. -- -----

-----Este era o quadro que tinham e não era fácil, mas não competia a si florear as coisas. Os objetivos eram os objetivos e estavam a ser seguidos à risca. Acrescentou que, por exemplo, fazer uma escola secundária na Quinta do Conde não seria nos próximos 10 anos por muita vontade que se tivesse, porque não havia projeto e não havia financiamento, no limite, poder-se-ia decidir se daqui a 10 anos estaria pronta, mas se houvesse possibilidade, amanhã, por hipótese, do alargamento da oferta do ensino secundário da Michel Giacometti, achava que todos tinham a perceção que isso passava por cima de grande parte das prioridades. Podiam querer ter jardins, auditórios e bibliotecas, mas aquela necessidade emergente como o Centro de Saúde não só não acontecia se não houvesse vontade também “do outro lado”. Neste sentido, tinham de, mais uma vez, recalibrar e reorganizar as prioridades que tinham pela frente. -----

-----Referiu ter a certeza de uma coisa, que se não conseguissem mudar o local da Feira Festa, esta iria ficar amputada, no próximo ano, no espaço da construção do auditório, sendo que não podiam adiar a construção mais 6 ou 7 meses, portanto, se ficasse no mesmo sítio, ficaria mais reduzida, mas se fosse para um local novo, a era a perceção que tinha neste momento, era que muito dificilmente iria com condições do ponto de vista de construção de algumas infraestruturas que eram necessárias executar no local, porque não haveria tempo entre aquilo que seria a transmissão para a posse do Município e a execução dessas obras, portanto, a ir para outro lado, havia de ser num numa versão um “bocadinho precária”. Nada melhor do que discutir esta questão com a Comissão Organizadora da Feira Festa, com os intervenientes e com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, porque considerava que esta discussão que era um bocado à margem da Assembleia Municipal, sem prejuízo das recomendações todas que pudessem aprovar. -----

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, disse que a recomendação não deixava de ser um bocadinho inócua, mas também carecia de alguma veracidade dos factos, sendo que há muito tempo que este terreno estava identificado e não era da posse da Câmara e não havia nenhuma paternidade do MSU nesta matéria porque este só tinha tido conhecimento depois de toda a tramitação processual, toda a gente queria mudar para lá Feira Festa, portanto, não era também novidade para ninguém.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Vitor Antunes** que cumprimentou todos os presentes e as pessoas que assistiam a partir de casa. Referiu em seguida que a primeira edição da Feira Festa tinha sido em 1991 e não em 1990. Referiu também que quer o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, quer a Câmara Municipal, poderiam atestar que tinham o projeto para o pavilhão multiusos com especialidades e tudo. Acrescentou que não podia deixar passar isto em branco, portanto, queria deixar aqui esta nota. -----

-----Disse também ter dúvidas relativamente à consensualidade sobre a alteração do local da Feira, mas não tinha alternativas e sempre tinha sentido que era o melhor espaço. Sugeriu que perguntassem a alguns comerciantes ali à volta para ver que a consensualidade não era assim tão ampla, mas em todo o caso, o próprio era adepto da nova localização. -----

-----Usou novamente da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Deputado Carlos Pólvora**, que disse fazer suas as palavras do Deputado Vitor Antunes e que também da nova localização não era muito consensual para os habitantes da zona. -----

-----Interveio novamente o **Presidente da CM** que referiu que quando havia falado em alguma consensualização possível, era de todas as forças políticas, porque o que estava aqui era que todas as forças políticas reconheciam este local, a não ser que se alterasse o programa que estava definido de construção de um conjunto de equipamentos de utilização coletiva que neste momento não havia condições de fazer. Não tinha dúvidas que haveria gente favorável à deslocalização e um conjunto de pessoas que seria desfavorável, mas não via muitas alternativas dentro do espaço da Quinta do Conde para poder resolver aquele problema. -----

-----Disse que tinham de ser por um lado otimistas e também sonhadores. Aquilo não era um espaço para a Feira Festa, mas um espaço para que os cidadãos da Quinta do Conde pudessem usufruir de mais um parque urbano, poder-se-ia era realizar-se lá a Feira Festa, portanto, estavam a oferecer mais um equipamento. Retiravam aqui o peso de que o local era para fazer uma vez por ano a Feira Festa, sendo que seria para fazer um parque urbano que permitiria a realização desta. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse não valer a pena estar a discutir mais esta questão porque, pelas palavras do Presidente da CM, em 2024, em 2025 ou talvez em 2026, com um pouco de sorte tivessem de se preocupar com a deslocalização da Feira Festa porque os terrenos não estavam com a CM e ainda havia muita coisa por decidir. -----

-----De seguida, não havendo mais nenhuma intenção de intervenção, foi colocada à votação a votação a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra sob o tema “Relocalização da Feira Festa da Quinta do Conde”, que foi aprovada por unanimidade.** -----

-----O **Presidente da AMS** declarou em seguida aberto o Período da Ordem do Dia (POD) informando que tinha apenas um ponto na ordem de trabalhos, nomeadamente: **Acordo de Transferência para o Município de Sesimbra de Competências de Gestão do Imóvel Integrado no Domínio Privado do Estado Português, com a denominação comum "Casa do Infantado"**. -----

-----Informou que este assunto tinha chegado durante o período de maior inatividade, tendo sido divulgado por todos a documentação conforme esta ia chegando ao serviço, e estava na posse dos deputados há um tempo considerável. -----

-----Cedeu em seguida a palavra ao **Presidente da CM** para que fizesse a apresentação deste ponto. Este começou por dizer que era do conhecimento geral que era a única forma que existia neste momento de transferência do património do Estado para o Município através do Decreto-Lei invocado. Era uma transferência de gestão que ao fim de 50 anos se podia tornar definitiva e tinha um programa de valorização que tinham de implementar. O essencial era chegar àquela fase em que podiam todos dizer que passaria para as mãos do município a possibilidade de reabilitação célebre da Casa do Infantado, na Lagoa de Albufeira. -----

-----Referiu que o programa de valorização também era conhecido, fazia parte do acordo, e a única coisa que podia dizer mais uma vez era que lá estava o Município, como em tantas outras vezes, a intervencionar naquilo que era património do Estado e não tinha dúvidas que seria uma mais-valia para todos. Também não tinha dúvidas que alguma coisa seria prejudicada por isso, e quando comessem a “esticar a corda” daqui a uns dias em termos orçamentais é que veriam aquilo que custava o conjunto de intervenções que tinham pela frente. Mas, acima de tudo, tinham de valorizar o facto de ao fim de um conjunto de anos de batalha para conseguir ter aquele edificado e poder almejar a reabilitação, tinham conseguido, não da forma que mais gostariam, mas da forma que era possível. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse ter visto os documentos e que no fundo haviam lutado para ficar com uma dupla ruína, a ruína física e provavelmente a ruína do

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

investimento que a Câmara Municipal teria de fazer, provavelmente descurando de outras coisas que seriam também necessárias. -----

-----Perguntou se existia alguma possibilidade ou se a Câmara vislumbrava arranjar financiamento de apoio não só para pôr a ruína de pé, mas para manter, porque construir às vezes era barato, o problema era manter, e queria saber, no fundo, com que grande objetivo a Câmara Municipal iria utilizar aquele espaço para as pessoas, para a Assembleia e os munícipes, poderem avaliar a pertinência desta operação, que não era assim muito barata, era quase 400.000,00€. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse querer manifestar, da parte da Bancada do Partido Socialista, a intenção de voto a favor desta transferência e partilhar da preocupação com a despesa inerente à aquisição de uma ruína, mas, por outro lado, se não houvesse esta transferência, se calhar lamentariam mais a perda definitiva dessa casa para sempre. Portanto, antes a possibilidade de ficar nas mãos do Município e de recorrer a financiamento, mas esta já era uma preocupação que o próprio Partido Socialista tinha manifestado no passado em várias ocasiões e fazia todo o sentido que houvesse o sentido de voto favorável para esta transferência. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que disse que a primeira nota que queria deixar era que o programa de valorização e o objetivo faziam parte do acordo de gestão, porque se fosse para ter, por exemplo, uma concessão ou uma exploração que desse alguma vantagem económica para o município ao abrigo da legislação em vigor, também teria de ser ressarcido o Estado português numa participação dessa mesma vantagem económica. Por exemplo, se fosse para construir um restaurante, se parte da concessão 75% ou 25%, mediante o investimento inicial, fosse da Câmara ou de um terceiro, iria parar aos cofres do Tesouro e Finanças. -----

-----Referiu que o programa tinha uma dupla dimensão, um posto de informação muito ligado à questão do turismo que também considerava importante naquele espaço da Lagoa de Albufeira, e, mais importante do que isso, era um projeto já muito antigo, que era um espaço de interpretação da própria Lagoa de Albufeira e toda a área envolvente, incluindo a possibilidade de ser a sede da área protegida local. Era um projeto muito caro ao Partido Social Democrata, porque tinha sido este quase quem havia apadrinhado esta área protegida local da Lagoa de Albufeira. -----

-----Quanto à questão da ruína, disse não haver dúvida nenhuma, mas, à escala e dimensão, era a mesma ruína que haviam encontrado na Fortaleza. Era diferente do Cabo Espichel porque neste tinham tido de pagar cerca de 300.000,00€, e seria as ruínas todas da vida. Se amanhã ficassem com o Formar e com o Forpescas, havia de ser também outra ruína. Portanto, era a sina do Município que punha os

Ata nº 15– Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

interesses da população à frente dos interesses políticos. Acrescentou que o Estado é que devia recuperar aquela ruína, mas seria o Município a fazê-lo e colocá-la em usufruto da população. -----

----- Disse ainda que não havia nenhum programa de financiamento neste momento definido no PRR e que era admissível que pudesse haver algum programa de financiamento para património, mas por sistema de pré equação, achava que daria cerca de 100.000,00€ ao Município de Sesimbra no quadro comunitário Lisboa 20-30, sendo quase irrelevante. Portanto, teriam de ir a jogo se não houvesse alternativa com capitais próprios, e achava que era muito além de 400.000,00€. Aliás tinham de dar um valor que foi calculado com o preço base, sem nenhuma medições, porque não havia projeto de reabilitação e tinham de fazer o projeto de execução agora, tendo sido calculado com a regra do preço por metro quadrado de construção face à zona que era abaixo de 1000,00€ no cálculo que lá estava. Portanto, basta pensar em quanto é que era o preço de construção por metro quadrado neste momento para serviços e ultrapassava 2.000,00€ para perceberem claramente que aqueles 400.000,00€ iriam parar perto de 1.000.000,00€ garantidamente para a reabilitação daquele espaço.-----

-----Não havendo mais intervenções, a **Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a celebração do Acordo, anexo ao Processo, entre o Estado Português e o Município de Sesimbra, de transferência de competências de gestão do imóvel integrado no domínio privado do Estado Português com a denominação comum “Casa do Infantado”, ao abrigo do art.º 16.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 novembro.** -----

-----Não havendo mais nada a tratar, O Deputado Rui Rodrigues solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram uma hora e vinte minutos do dia um de outubro de dois mil e vinte e dois. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.